## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS

ARIANA BOAVENTURA PEREIRA

UM OLHAR SOBRE A TRADUÇÃO CULTURAL EM LIBRAS

PORTO VELHO, 2016.

## ARIANA BOAVENTURA PEREIRA

## UM OLHAR SOBRE A TRADUÇÃO CULTURAL EM LIBRAS

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História e Estudos Culturais pela Universidade Federal de Rondônia, sob a orientação do Professor Dr. Júlio César Barreto Rocha.

PORTO VELHO, 2016.

#### FICHA CATALOGRÁFICA BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

#### P4360

Pereira, Ariana Boaventura.

Um Olhar sobre a Tradução Cultural em LIBRAS / Ariana Boaventura Pereira. - Porto Velho, Rondônia, 2016.

93f. il.;

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Barreto Rocha.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós - Graduação em História e Estudos Culturais (MHEC), Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

 Libras. 2. Tradução Cultural. 3. Cultura Surda. 4. Interpretação.
 Filologia Política. I. Rocha, Júlio César Barreto. II. Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR. III. Título.

CDU: 376

Bibliotecário Responsável: Fernando Silva de Almeida CRB11/965

Ariana Boaventura Pereira. Um olhar sobre a Tradução Cultural em LIBRAS.

Defendida em 19 de dezembro de 2016.

### BANCA AVALIADORA:

Professor Dr. Júlio César Barreto Rocha, presidente (Orientador. Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais/UNIR)

Professor Dr. Miguel Nenevé (Membro Interno. Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais/UNIR)

> Professor Dr. João Carlos Gomes (Membro Externo. Mestrado Acadêmico em Letras/UNIR)

Professora Dra. Odete Burgeile (Membro Suplente. Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais/UNIR) Ler é traduzir.

Culturas são traduzidas em atos de leitura,
que movimentam significantes os quais passam a operar em vários circuitos sociais.

A trama do texto se confunde com os sujeitos que se enredam em seus nós e
tentam fazer laços com a história.

Os atos performáticos das culturas surdas são materiais inéditos
que tem muito a narrar sobre as zonas de contato que se tecem cotidianamente
e instauram lógicas diferentes de operar com os sentidos.

(MASUTTI, 2007)

## Pensamento, Sinais, Mãos e Emoção

Não sei quanto tempo levarei para condizer às coisas que estão em vão. Do pensamento, dos sinais, das mãos lirando a emoção. Nada sei é algo que invade no momento da travessia do oceano maior. Quanta vez queria dizer coisas lindas e me abarrotava, Engasgava-me, minhas mãos tremiam e nada saia. Queria aprender a voar como voam meus pensamentos. Queria viver na asa de minha imaginação. De cada tempo em tempo até parecer uma nova ilusão. Sem temer nada, posso sentir se não há algo novo para sentir Que a busca continua, meus olhos estão aí, dentro de mim há tudo e Ao mesmo tempo nenhuma explicação, só há o silêncio de minhas mãos. Às vezes meio perdida entre eu, meus olhos e minhas mãos, quase caindo. No meio de um brejo de emoções que ora desconheço. Somos seres que vão além, com olhos o tempo paira e em grupo surdo, Vagamos dentro de nós num lugar longe e inexistente. Voltamos à origem como um totem imaginário e temos certeza que algo dentro tem. Tem um ser com sabedoria dentro do corpo surdo.

(SHIRLEY VILHALVA, 2012)

## **AGRADECIMENTOS**



Gratidão à Deus/Alláh/Oxalá/Brâman/Olorun/Yawé/Guaraci



Meu querido Orientador Prof. Dr. Julio Rocha, ao Povo Surdo,



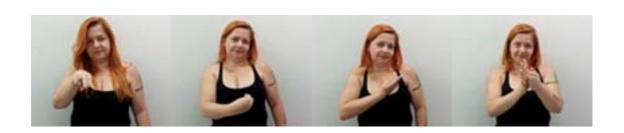
à Comunidade Surda, à LIBRAS



De Porto Velho, Rondônia



Aos que eu amo: Minha mãe Helena Boaventura, Joesér Alvares



Irmãos: Ariadynes, Rodrigo e Rafael, filh@s: Sidarta, Vida, Aryel, Jeisse e Junior. Amig@s, da APPIS/RO



Da ASPVH, aos professores da banca: Prof. Dr. Miguel Nenevê



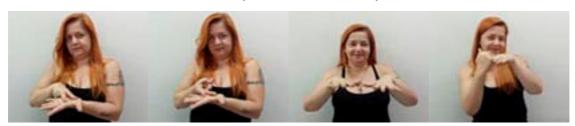
Prof. Dr. João Carlos, à UNIR, ao Programa de Mestrado



História e Estudos Culturais e seus professores



Principalmente aos Intérpretes



Tradutores do Movimento Surdo pela Igualdade



Que, de coração aberto formam uma Família.



Sinto-me orgulhosa e feliz pelos meus amigos/companheiros Surd@s:



Ana Carolina, Indira Stédile, Danilo Ramos

Amig@s importantes em minha jornada e que não posso deixar de falar mesmo que só em Português: Ednéia Bento, Marcus Loureiro, Julia Cardoso, Neide Alexandre, Marcos Grutzmacher, Nágila Bandeira, Íris de Oliveira, Deniziane Reis, Miguel Soares, Willian Sesttito, Silvia Thomaz, Carlos Alberto, Clefer Fernanda, Fernanda Emmanuele, Alexandra Shell, Alba Patrícia, Sirléia Araújo, Itamar Braga, Emmanuel Gurgel, Arine Holanda, Uliane Lima, Franco Adam, Jacó da Silva



Enfim...

#### LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACME - Associação Coletivo Madeirista

APPIS - Associação de Professores, Parentes, Amigos e Intérpretes dos Surdos de Rondônia

ASPVH - Associação dos Surdos de Porto Velho

CAS - Centro de Capacitação aos Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez

CAPNES - Coordenadoria de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais

CENE - Escola Estadual de Educação Especial Prof. Abnael Machado

CM - Configuração de mãos

CODA - Child of Deaf Adult

DA - Deficiente Auditivo

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EL - Escola do legislativo.

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

GESTUNO - Língua Gestual Internacional ou Língua Internacional de Sinais

IE - Intérprete Educacional

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

L - Locação de mão

L1 - Primeira Língua

L2 - Segunda Língua

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

LSA - Língua de Sinais Americana

LSF - Língua de Sinais Francesa

M - Movimento

ME - Ministério da Educação

OMS - Organização Mundial de Saúde

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

PNEE - Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

SEDUC- Secretaria de Estado da Educação

SEMED- Secretaria Municipal de Educação

TILS - Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
SEÇÃO I- A TRADUÇÃO E A INTERPRETAÇÃO	23
1.1 Compreendendo as diferenças entre Tradução e Interpretação nas línguas orais	23
1.2 Diferenças entre Tradução e Interpretação entre Línguas Orais e Línguas de Sinais	27
1.3 A importância da LIBRAS e das Línguas de Sinais na Cultura Surda	29
1.4 A língua como produção de herança e artefato cultural	30
SEÇÃO 2 - ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS NA INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS	33
2.1 A Construção da Igualdade Política	34
2.2 Os Surdos e o processo de aplicação de atitudes político-culturais	35
2.3 Língua de Sinais como instrumento de luta e resistência cultural	36
2.4 LIBRAS – Uma Questão de Identidade	37
SEÇÃO 3 - ESPAÇOS DE INTERCÂMBIO POLÍTICO-CULTURAIS COM A CULTURA SURDA	39

3.1 O Manejo de recursos político-filológicos	41
3.2 As primeiras línguas de sinais oficiais	44
3.3 Ouvintismo, Oralismo e Comunicação Total	47
3.4 O Bilinguismo	49
SEÇÃO 4- CULTURA SURDA E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS	52
4.1 O que é mesmo Cultura Surda?	52
4.2 Aspectos sociais da transmissão intergeneracional da cultura surda	54
4.3 A luta contra o Ouvintismo e a cooperação com os tradutores/intérpretes	55
4.4 O reconhecimento profissional do tradutor/intérprete de LIBRAS e o avanço da acessibilidade	57
SEÇÃO 5- CULTURA, TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO	61
5.1 Aspectos Culturais da Tradução de uma língua gesto-espaço- visual	61
5.2 Tradução Cultural e Tradução Político-cultural	64
53 Uma tradução Cultural em LIBRAS	67
54 A Tradução/Interpretação da Língua de Sinais no Brasil e o confronto entre uma LIBRAS autônoma e uma LIBRAS suportada pela Língua Portuguesa	79

CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	89

#### RESUMO

A Cultura Surda ganhou contornos mais definidos a partir da transmissão intergeneracional de pessoas surdas que, em coletividade, lograram, por meio de movimentos sociais, maior afirmação das suas diferenças. Lançamos mão de conceitos de tradução e de interpretação, estabelecendo uma leitura sobre o que seja a teoria e a prática da tradução cultural, admitindo a passagem de códigos escritos e orais para uma língua de modalidade gestual-espacial-visual, detalhando implicações que permeiam características da cultura surda no processo de tradução e de interpretação. Com o reconhecimento profissional do tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e com o avanço da acessibilidade, possibilitase à narrativa visual dos processos de tradução cultural um resgate histórico dentro de uma perspectiva cultural surda. O nosso objetivo é visualizar modos de perceber LIBRAS por intermédio da tradução cultural. Para alcançar este propósito, realizamos uma leitura sobre o que seja a Tradução e a Interpretação nas línguas orais e a sua relação com a língua de sinais. Daí, destaca-se a visão de uma língua de sinais como instrumento de luta e de resistência cultural. Compreender o processo de Tradução e de Interpretação nas línguas orais, e com isso observar as diferenças entre Tradução e Interpretação entre línguas orais e línguas de sinais, tornará evidente a importância diferenciada da LIBRAS e das Línguas de Sinais para a Cultura Surda. Por intermédio de uma perspectiva culturalista, a partir de Terry Eagleton, que percorre com desenfado o trajeto da arquitetura política do atual momento de crescimento da importância das comunidades surdas no Brasil e no mundo, obtivemos a certeza de que somente pelo posicionamento engajado dos próprios interessados, envolvendo gerações de tradutores/intérpretes, haverá a produção de maior consolidação desta posição de força. Nessa jornada, ressalta-se a contribuição do Movimento Surdo Nacional, o qual vem-se instituindo enquanto espaço dialógico, por pensar a luta por uma LIBRAS autônoma como primeira língua, e as tensões provocadas por outras abordagens quanto à Língua Portuguesa, sendo essa apenas uma segunda língua para a maioria dos surdos brasileiros.

Expressões-chave: LIBRAS; Tradução cultural; Cultura Surda; Interpretação; Filologia Política.

#### ABSTRACT

The Deaf Culture gained more defined contours from the intergenerational transmission of deaf people who, collectively, achieved by means of social movements, a greater affirmation of their differences. We use the concepts of translation and interpretation, establishing a reading about the theory and practice of cultural translation, admitting the passage of written and oral codes to a language of gestual-spatial-visual modality, detailing implications that permeate characteristics Of the deaf culture in the process of translation and interpretation. With the professional recognition of the Brazilian Sign Language (LIBRAS) translator and interpreter, and, with the advancement of accessibility, the visual narrative of cultural translation processes enables a historical rescue within a deaf cultural perspective. Our goal is to visualize ways of perceiving LIBRAS through cultural translation. In order to achieve this purpose, we make a reading about what is Translation and Interpretation in oral languages and their relation with sign language. Hence, it emphasizes the vision of a sign language as an instrument of struggle and cultural resistance. Understanding the process of Translation and Interpretation in oral languages, and with this to observe the differences between Translation and Interpretation between oral languages and sign languages, will make evident the differentiated importance of LIBRAS and Sign Language for the Deaf Culture. Through a culturalist perspective, starting with Terry Eagleton, that walks with carefree the path of political architecture in current moment of growth and importance of the deaf communities in Brazil and in the world, ee obtained the certainty that only by the positioning engaged of the interested ones, Involving generations of translators and interpreters, there will be the generation of greater consolidation of this position of strength. In this journey, the contribution of the National Deaf Movement is emphasized, which has been established as a dialogical space, to think about the struggle for an autonomous LIBRAS as the first language, and the tensions provoked by other approaches to the Portuguese language, which is only A second language for the majority of deaf people in Brazil.

Keywords: LIBRAS; Cultural translation; Deaf Culture; Interpretation; Political Philology.

## **INTRODUÇÃO**

Este estudo é fruto de uma vivência que se tornou intensa na área da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) após o término da minha graduação em História na Universidade Federal de Rondônia, em 2002, quando comecei a trabalhar como professora no ensino municipal em Porto Velho. Em 2005, ao prestar serviços para a Escola do Legislativo (vinculada à Assembléia Legislativa de Rondônia), senti-me mais motivada ao trabalho com LIBRAS, dada a convivência com um surdo, que também prestava serviço nessa escola. A partir de então, principiei uma aproximação maior com os assuntos conexos, aumentando o contato com a língua dessa coletividade. Pretendendo um maior domínio linguístico, fiz um Curso básico de LIBRAS (100 horas/aula) nessa mesma escola.

Ao término do Curso, no entanto, havia aprendido algum vocabulário, mas em virtude de ter contato com outros surdos ou com a chamada "Comunidade Surda", não conseguia comunicar-me eficientemente em LIBRAS ou contextualizar sinais/palavras, preocupando-me quase que apenas com o emprego da estrutura do português oral, o que, na prática, aproximava-me mais a um português sinalizado.

Ao perceber que não conseguia fazer-me entender, e vice-versa, comecei a estudar por conta própria, pois não encontrei, dentre os cursos oferecidos pela Secretaria de Educação do Estado de Rondônia, alguém que pudesse me ajudar no aperfeiçoamento da língua, posto que os cursos oferecidos à comunidade docente eram (e ainda são) todos básicos, com uma carga horária girando em torno de 60 a 80 horas/aula.

Escola do Legislativo, na época, era a única instituição na cidade que oferecia o Curso de Introdução a LIBRAS, com 20 horas/aula, e mais Curso o Básico, de 100 horas/aula, no período de 2005 a 2009. Paralelamente, tive muita dificuldade em encontrar material auxiliar impresso, ínfima parcela através da internet.

Dessa maneira, acabei por me aproximar de alguns Surdos, com quem trabalhava na referida Escola, e, posteriormente, a convite da direção dessa mesma

instituição, assumi o Curso de Introdução a LIBRAS. A partir da prática em sala de aula, e, com a ajuda desses Surdos, comecei a comunicar-me mais plenamente, principiando a interpretar, mesmo não sendo intérprete certificada por uma instituição educacional.

A partir de 2006, participei de duas oficinas abordando as técnicas de interpretação em LIBRAS na Igreja Batista Filadélfia, em Porto Velho. Durante esse período, notei que muitos dos professores Surdos ministrantes das aulas nesse curso eram provenientes de outros estados, pois a formação dos Surdos locais restringia-se somente ao nível fundamental e médio, incapacitando-os para a docência na Pós-graduação.

Devido a essas capacitações iniciais, e, como não houvessem muitos professores que fossem fluentes em LIBRAS lotados na SEDUC, fui convidada a ser professora bilíngue na Escola Especial CENE, na qual trabalhei por dois anos consecutivos ministrando aulas no ensino fundamental (alfabetização ao 4.º ano) de 2007 a 2009.

Com a prática em sala de aula e aprendizado constante a partir de então, e, em contato diário com a comunidade Surda<sup>1</sup>, fui auxiliada por dois professores Surdos: Wesley Gândara e Carolina Lovo, únicos pedagogos surdos pertencentes ao quadro estadual, e estimulado por eles, passei a desenvolver concomitantemente a função de tradutora/intérprete dos mesmos, face às necessidades locais em nível administrativo, tais como: reuniões pedagógicas, reuniões de professores e demais eventos escolares.

No ano de 2010, fui lotada na Escola Estadual de Ensino Fundamental 21 de Abril, à convite da diretora Maria da Conceição, atuando no período noturno Educação de Jovens e Adultos (EJA) como intérprete e como professora bilíngue no período vespertino com as disciplinas de História e Geografia. No EJA, uma situação em especial chamou-me atenção: pela insuficiência de intérpretes na escola, em

17

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> As comunidades surdas tratam-se de espaços de partilha lingüística e cultural que reúnem Surdos e ouvintes – em geral, usuários de línguas de sinais– com interesses e expectativas históricas com olhares voltados para a cultura e identidade surda.

muitos momentos um dos professores aguardava que eu terminasse de interpretar numa sala para então me dirigir à sala dele.

Outra problemática encontrada no exercício dessa função foi perceber a resistência dos docentes em ter em sala outro professor como intérprete, no entanto, segundo Lacerda (2009), tal situação na prática, não foi um impedimento ao domínio em sala por parte do professor, pois o objetivo do intérprete no espaço escolar não é apenas traduzir ou interpretar, mas também o de favorecer e mediar a aprendizagem por parte do aluno surdo.

Neste sentido não se trata de o Intérprete Educacional (IE) substituir o papel do professor. O professor é o responsável pelo planejamento das aulas, por decidir quais são os conteúdos adequados, pelo desenvolvimento e pela avaliação dos alunos, todavia o IE conhece bem os alunos Surdos e a surdez e pode colaborar com o professor sugerindo atividades, indicando processos que foram mais complicados, trabalhando em parceria, visando a uma inserção mais harmoniosa dos alunos Surdos. Para tanto, a responsabilidade tem de ser de todos e não somente do intérprete, posto seja ele um mediador no processo educacional entre alunos e professores (Importante pesquisadora da UFSCar na área de tradução em LIBRAS, Cristina LACERDA, 2009, p. 35).

Além disso, houve várias ocasiões em que professores entraram em sala desconhecendo a condição linguística peculiar do grupo de Surdos, e, mesmo após serem informados de sua presença, não procuravam qualquer contato com os mesmos, mantendo relação comunicacional somente com o intérprete, deixando tais alunos de fora das atividades propostas para os alunos ouvintes.

Dessa maneira, percebi que na ausência desses profissionais intérpretes em sala de aula, a interação entre Surdos e ouvintes ficava sobremaneira prejudicada, na qual os Surdos quedavam limitados a participar parcialmente de várias atividades (pelo não acesso à linguagem oral), em alguns casos, chegando a copiar apenas o conteúdo do quadro e as respostas dos ouvintes culminando com o abandono de sala, por não ter a presença do intérprete, desmotivados que estavam, pela falta de acesso às informações.

Esses alunos, ao ausentarem-se da sala de aula, ficavam pelos arredores da escola conversando com outros Surdos, tornando essa, um ponto de encontro para aquela comunidade, caracterizando um fenômeno não isolado, ou seja, em outras escolas que atendem Surdos, tais como: Escola Estadual de Ensino Municipal Major Guapindaia, Barão de Solimões, Castelo Branco, Brasília e CENE, ex-alunos Surdos ou até mesmo Surdos que não frequentam a escola, procuravam esses espaços pra interagir com seus pares no sentido de manter a comunicação, evidenciando assim a importância do diálogo intercultural.

Em dezembro de 2010, tornei-me Coordenadora do Centro de Apoio ao Surdos (CAS), e, dois meses depois, assumi a Coordenação da Educação de Surdos na GE/SEDUC, permanecendo seis meses na função, e logo a seguir, assumi a chefia da Educação Especial da SEDUC, permanecendo no cargo durante cerca de um ano e meio.

Nesse mesmo ano, juntamente com outros intérpretes, criei e implantei a APPIS/RO, assumindo sua presidência e realizando vários eventos de apoio à Comunidade Surda de Porto Velho, resultando na criação da ASPVH em 2012 e assumindo juntamente com essa, a representatividade regional no Movimento Surdo em Prol das Escolas Bilíngues.

Nesse período, em minha função como servidora pública, consegui realizar ações como foi o Primeiro Concurso para Professores Efetivos de LIBRAS; uma Formação Específica para Intérpretes de LIBRAS em nível estadual; Primeiro Curso Estadual de LIBRAS Básico com carga horária de 160h; bem como assessoramento de ações relacionadas a políticas públicas inclusivas para a SEDUC.

No ano de 2013, em virtude de estar à frente do Movimento Surdo em Prol das Escolas Bilíngues juntamente com a líder Surda Indira Stédile, e, tendo em vista a luta para a criação da Primeira Escola Bilíngue da Região Norte, servidora pública cedida à SEMED, tive o propósito profissional de assumir a função de Diretora da Escola Municipal Bilíngue Porto Velho, implantada a partir da aprovação da Lei Complementar n.º 482, de 11 de abril de 2013, a qual "Cria, denomina e

define tipologia de Escola na Zona Urbana do Município de Porto Velho e dá outras providências", tendo permanecido à sua frente durante seis meses, saindo dessa função para assumir o cargo de Intérprete/Tradutora em LIBRAS na Universidade Federal de Rondônia.

Nesse período, vale lembrar mais uma conquista desse movimento social, quando conseguimos aprovar a Lei Municipal n.º 2059, de 01 de Agosto de 2013, a qual "Dispõe Sobre a Oficialização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, no Município de Porto Velho, e dá Outras Providências".

Como intérprete, embora não houvesse nem professores ou alunos surdos nessa IFES, implantei e assumi a coordenação do CAPNES/UNIR, realizando o Primeiro Curso de Extensão em LIBRAS Básico em parceria com o Ponto de Cultura ACME, APPIS e ASPVH; coordenei o evento UNIR AZUL – Acesso dos Surdos à Universidade, em sua segunda edição, juntamente com a criadora do evento, a intérprete Nágila Bandeira.

No ano de 2014, aprovada no primeiro Edital para Professores de LIBRAS da Universidade, tomei posse como docente na referida IFES, dando continuidade ao curso de extensão em LIBRAS Básico e ao Projeto UNIR Azul, dentre outras ações de inserção<sup>2</sup>.

Em 2016, concomitantemente ao trabalho realizado desde 2010 junto à sociedade civil organizada e, tendo em vista a normativa federal para o Curso de Letras LIBRAS, trabalhei pela criação do Departamento de LIBRAS nessa IFES, assumindo a chefia do referido departamento logo após sua implantação, em eleição direta com os três segmentos acadêmicos.

Portanto, além de buscar aperfeiçoamento através de estudo constante, de mediar relações cotidianas pessoais e institucionais, no meu caso, em especial, ressalto a convivência com a comunidade surda em Porto Velho e a militância no

20

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Diferentemente do comum, no mundo de debate da Cultura Surda, consideramos que o emprego do termo "inserção" deve ser preferencial, porque dizer "ação inclusiva" ou falar de "inclusão" leva a que se vinculem essas ações a idéias ou ideais paternalistas e a um tratamento realizado com desrespeito com a diferença.

Movimento Surdo Nacional<sup>3</sup> como elementos de suma importância para entender como se dá de fato o uso da língua de sinais entre os seus usuários e a luta e evolução de suas conquistas políticas no plano local/nacional, ao observar e participar teórica e pragmaticamente das peculiaridades e especificidades da Comunidade Surda local, bem como através do intercâmbio gerado pela participação em eventos de abrangência regional e nacional.

Para chegarmos diretamente a este ponto de partida, explicamos que esta Dissertação está dividida em cinco seções, distribuídas da seguinte forma: a Primeira Seção, com o título "A Tradução e a Interpretação", tem como objetivo compreender as diferenças entre Tradução e Interpretação nas línguas orais; explicar o que se dá entre Tradução e Interpretação entre línguas orais e as línguas de sinais em geral, destacando a importância da LIBRAS e das Línguas de Sinais na Cultura Surda<sup>4</sup>.

A Segunda Seção trata dos "Aspectos Sócio-Históricos na Interpretação e Tradução em LIBRAS", apresentando um esboço histórico da interpretação no Brasil e o movimento de inclusão pela língua, sua relação com os Direitos Humanos, em especial com a Declaração Universal da UNESCO sobre a diversidade cultural e os Direitos Linguísticos para a Diversidade, bem como seu aspecto instrumental de luta e resistência cultural na constituição identitária do povo surdo<sup>5</sup>.

A Terceira Seção, intitulada "Espaços de Intercâmbio Político-Culturais com a Cultura Surda", procura fazer uma reflexão a respeito das políticas públicas e os interesses sociais no manejo de recursos metodológicos político-filológicos, para a análise e para a interpretação, observando certa construção do conceito de

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> **Movimento Surdo Nacional**: Consolidou-se a partir da iniciativa da Federação Nacional de Educação Integração dos Surdos - FENEIS, agregando as diversas associações de surdos em território nacional no ano de 2011, culminando no 1º Encontro Nacional em BSB denominado Movimento Surdo Nacional em Prol da Educação Bilíngüe Para os Surdos.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> **Cultura Surda** é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das "almas" das comunidades surdas.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> **Povo Surdo**: "entende-se "povo surdo" como um conceito lato e abrangente: a população total de surdos, sejam usuários de línguas gestuais, sejam oralizados, sejam participantes ou não das comunidades surdas" (Gladis Perlin, 2005).

igualdade político-cultural protagonizado pelos Surdos em seu processo de aplicação de atitudes político-culturais.

A Quarta Seção aborda a temática da "Cultura Surda e Legislação Brasileira sobre Tradução e Interpretação de LIBRAS", tendo como base o conceito de Cultura Surda, evidenciando a luta contra o Ouvintismo e a cooperação com os tradutores/intérpretes no reconhecimento profissional da profissão e o avanço da acessibilidade enquanto política pública e conquista social.

A Quinta e última Seção, enfatiza a temática da "Cultura e Interpretação na tradução de uma língua gesto-espaço-visual", procurando considerar traços diferenciados entre as interpretações literal e cultural numa proposta de reflexão dialógica, destacando a maior importância da tradução cultural.

## SEÇÃO 1- A TRADUÇÃO E A INTERPRETAÇÃO

Muito do que hoje se sabe sobre tradução e interpretação, tidas invariavelmente de modo dual, naquilo que se refere dentro de um mesmo parâmetro modal, ou seja, tradução/interpretação em língua oral, em LIBRAS deriva do que se desenvolveu na chamada Escola de Sevilha de Tradução - havendo diferenças substanciais portanto, na passagem do código oral para o visual e deste para aquele, respeitando-se as suas especificidades.

Contudo, na prática, torna-se evidente a necessidade de que o tradutor/intérprete de línguas de sinais deva pertencer à cultura surda, sendo experiente na vida social em ambas as línguas, conhecendo profundamente as várias nuances das duas culturas, posto que "a língua e a Cultura não podem ser separadas no ato da tradução" (SEGALA, 2010).

Como se vê, a partir deste início, já damos predileção à utilização das palavras conjuminadas tradutor/intérprete, que é um pouco diferente do que seja o tradutor e o intérprete nas línguas orais, tanto por uma questão de modalidade quanto por formas de atuação de trabalho. Essa escolha induz à certeza da diferença da coisa em si mesma para este Texto.

## 1.1 Compreendendo as diferenças entre Tradução e Interpretação nas línguas orais

Há mudanças significativas entre a tradução e a interpretação das línguas orais e a língua de sinais, posto que a língua de sinais encontra-se numa outra perspectiva, da qual não cabe qualquer aproximação dos conceitos das estruturas linguísticas da língua portuguesa, o que inclui as diferenças na forma de ver e de conceber o mundo, abissal distinção havida na percepção da realidade entre ouvintes e surdos. Neste sentido, é possível afirmar que podemos ter uma tradução de sinais na perspectiva ouvinte (oralizada por meio da língua portuguesa) e outra na perspectiva surda (gestual da cultura e da identidade surdas).

Ao considerar tais diferenças entre tradução e interpretação constata-se que esses dois termos, embora sejam complementares, pois ambos desempenham a conversão de uma dada língua para outra, resgatando nesse processo, dados os sentidos pretendidos da língua fonte para a língua alvo (LACERDA,2009, p. 14), é possível afirmar que um tradutor escreve as traduções e um intérprete limita-se a traduzir oral ou gestualmente aquilo que foi dito.

Os tradutores, numa perspectiva tradicional das línguas escritas, trabalham com documentos escritos, incluindo livros, documentos jurídicos, registros médicos, websites, manuais de instrução, legendas para cinema ou TV, ou qualquer outra informação em forma escrita. Por outro lado, os intérpretes estão envolvidos em projetos que necessitam de tradução simultânea, por exemplo, conferências e reuniões de negócios, consultas médicas e procedimentos legais.

Além disso, os intérpretes não fornecem uma tradução palavra por palavra. Eles transmitem mensagens faladas de uma língua para a outra, que pode ser instantaneamente com precisão ou não. No caso das línguas sinais há diferenças de tradução e interpretação de uma conferência ministrada por um surdo e interpretada por um ouvinte e surdo. Desta forma, podemos considerar que os tradutores e os intérpretes necessitam de um profundo conhecimento da língua e da cultura e identidade de quem está interpretando ou traduzindo.

Na tradição cultural de origem judaico-cristã e, majoritariamente ouvinte, a diversidade linguística remonta ao mito da confusão primordial das línguas na mítica Babilônia através da figura da Torre de Babel<sup>6</sup>. A partir dessa metáfora bíblica, localizamos um mito fundador largamente utilizado ao longo das eras para justificar a necessidade de compreensão das diferentes línguas e culturas em seu intercâmbio de conhecimento e comércio, bem como sendo instrumento de domínio sobre outros povos, conforme Bakhtin (1995, p. 95): "A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial". Assim, a palavra, ao necessitar de um lugar de fala, torna-se determinante quanto à questão ideológica, pois "Falar é estar em condições de empregar um certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou

qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização" (FANNON, p. 33.).

Quanto à tradução e à interpretação, podemos dizer que, na prática das trocas culturais realizadas desde a Antiguidade, destacavam-se, desde sempre, como necessidades que traziam pelas mãos profissionais que fizessem alguma mediação entre falantes de línguas distintas:

o tradutor e o intérprete são profissionais ponte, ou seja, favorecem que uma mensagem cruze a "barreira linguística" entre duas comunidades. Desse modo, tradução e interpretação tem muito em comum, pois são dois modos de alcançar esse mesmo objetivo... em ambas as atividades é fundamental dominar os idiomas envolvidos, sendo que o tradutor precisa ter o domínio da forma escrita e o intérprete da forma oral (LACERDA, 2015, p. 16).

A atuação tanto do tradutor quanto do intérprete envolve a capacidade de compreensão de sistemas linguísticos diferentes, e a transposição das mensagens entre esses demanda ainda, um amplo conhecimento acerca das expressões culturais que necessitam ser mediadas entre as várias áreas do conhecimento produzido pela Humanidade.

Uma das diferenças que envolve o ofício do tradutor e do intérprete entre duas línguas de modalidades diferentes (tais como uma língua oral e uma escrita) é que há a possibilidade de se obedecer a uma outra racionalidade, pois "as palavras voam, os escritos permanecem: o escrito e o oral obedecem a lógicas diferentes (OUSTINOFF,2011, p. 95.)".

Segundo esse mesmo autor, os dois ofícios se contrapõem no sentido de a tradução estar vinculada diretamente a textos escritos enquanto que a interpretação está ligada a conversações, atribuindo, assim, a cada uma, certas especificidades.

25

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Silva, Josué Cândido da. Filosofia da linguagem (1): Da Torre de Babel a Chomsky. Disponível em: <a href="https://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/filosofia-da-linguagem-1-da-torre-de-babel-a-chomsky.htm?cmpid=copiaecola">https://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/filosofia-da-linguagem-1-da-torre-de-babel-a-chomsky.htm?cmpid=copiaecola</a>

A tradução oral está, no sentido oposto, muito amplamente submetida a uma lógica do significado: contrariamente aos significantes do escrito, que podemos ler e reler, os significantes da cadeia oral desaparecem no mesmo compasso da nossa memória. Portanto, resta essencialmente o sentido. Esse esvanecimento independe do fato de que se tenha tanta memória quanto às "pessoas de letras" das quais fala d' Alembert na Enciclopédia ou não. De fato existem várias formas de memória (de curto ou de longo prazo), mas a memória de que se faz uso quando se escuta uma mensagem é a memória que é chamada de "imediata" ou de "curtíssimo prazo"... (OUSTINOFF, 2011, pp. 95-96).

Para reforçar tal afirmação há que elencar, em detalhes, certos aspectos dessas atividades, conforme a análise sobre tradução/interpretação de Flávia Machado:

Existem diferenças entre os processos de tradução e interpretação, e as mais fundamentais são as operacionais, já que o tradutor converte um texto escrito em outro texto escrito, e o intérprete parte de uma comunicação oral para outra comunicação oral. Assim, espera-se que o tradutor domine as línguas envolvidas e o assunto alvo do seu trabalho, mas, do intérprete, além disso, espera-se domínio das expressões orais presentes em ambos os idiomas..Já na interpretação, todo o conhecimento do tema que está sendo tratado, o vocabulário especifica e as expressões precisam estar disponíveis a priori, pois durante a tradução simultânea não há tempo para consultas ou reflexões. As escolhas linguísticas precisam ser rápidas e por isso a bagagem cultural do intérprete precisa ser ampla (MACHADO, 2015, p. 18).

Outra diferença se dá acerca do local e do tempo em que cada um realiza suas atividades: o tradutor geralmente trabalha isolado, ficando recluso em sua biblioteca ou escritório, dispondo de tempo para concluir e até avaliar o seu trabalho antes que possa ser levado ao público. O intérprete geralmente trabalha em equipe, revezando-se os indivíduos, ficando as pessoas numa cabine por cerca de vinte a trinta minutos ininterruptos, de modo que possa visualizar o falante da língua-fonte, e, mesmo que façam anotações, não dispõem de tempo para elaborar ou fazer pesquisas acerca do trabalho que está realizando, ainda que seja essa uma tradução simultânea ou consecutiva -o seu tempo é ainda mais limitado em relação ao do tradutor de livros, o qual demanda anos de trabalhos e de pesquisas para concluir e para apresentar os resultados da sua tradução/interpretação ao público, ficando evidente uma diferenciação necessária:

Aos tradutores caberá dominar bem a língua escrita, e aos intérpretes caberá o domínio da língua oral. Tal domínio é condição prévia e indispensável para a atuação de tradutores e de intérpretes, mas os programas de formação desses profissionais não têm como seu objetivo o ensino de línguas. O domínio das línguas de trabalho deve anteceder a formação de tradutores e intérpretes. Além disso, esse domínio não é suficiente para a atuação profissional, e será necessário desenvolver conhecimentos para além do conteúdo mais óbvio da mensagem, compreender as sutilezas dos significados, valores culturais, emocionais e outros envolvidos no texto de origem e os modos mais adequados de fazer esses mesmos sentidos serem passados para a língua-alvo (MACHADO apud PAGUNA, 2011, p. 19).

Assim, o processo de tradução e de interpretação em línguas de modalidade oral e auditiva apresenta especificidades que demandam a cada profissional, para criar estratégias para fazer a travessia dos sentidos, com valores culturais de uma língua-fonte para uma língua-alvo. O tradutor e o intérprete não são apenas "uma ponte entre dois mundos distintos", mas, antes, são pessoas que, na ausência de sentidos, realizam a travessia de informações, estabelecendo comunicação entre coletividades, comunidades e mesmo povos distintos.

# 1.2 Diferenças entre Tradução e Interpretação entre Línguas Orais e Línguas de Sinais

Como procuramos evidenciar anteriormente, nas línguas de modalidade oral há diferenças entre a atuação do tradutor e do intérprete, mas, nas línguas de sinais tal diferença é pouco demarcada, posto que o Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais (TILS)<sup>7</sup> no Brasil atua na passagem da língua portuguesa da modalidade oral para LIBRAS, e vice-versa, atuando inclusive na tradução de textos escritos em português, para a modalidade gesto-visual e transpondo textos escritos por surdos para a língua portuguesa, redigida dentro da norma-padrão, com ortografia correta, tendo em vista que a língua portuguesa funciona como segunda língua para os surdos. O TILSP (Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa) vai mais além do que simplesmente "traduzir": ele adéqua, converte, atualiza, sempre que necessário dentro de um programa, de uma revista, algo muito específico.

-

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Sigla usada para Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais.

Outra diferença pode ser notada no local de atuação dos TILS e dos demais intérpretes de línguas orais. A sua atuação ocorre em encontros diplomáticos, entrevistas, conferências e seminários internacionais. No caso do intérprete de língua oral em um evento internacional, este desempenha a passagem da língua-fonte para uma língua-alvo, apresentando o domínio de dois idiomas.

Assim, o intérprete de língua de sinais, ao realizar essa função em eventos nacionais, na transposição do português para língua de sinais, e, em eventos internacionais, deve necessariamente dominar pelo menos três idiomas ou depender do apoio do intérprete de língua oral estrangeira, o que se faz necessário para receber as informações em língua portuguesa e repassá-las em LIBRAS; construindo tal tradução na perspectiva da cultura e identidade da língua portuguesa, e é possível que um surdo, criado e alfabetizado na cultura surda, desempenhe um papel de intérprete/tradutor ideal para traduzir na cultura e identidade do Povo Surdo.<sup>8</sup>

Dessa forma, há que estabelecer a existência de outro distanciamento entre a prática da atuação dos TILS no que tange à preocupação com uma cultura dita hospedeira:

do ponto de vista de um antropólogo cultural ou de um historiador cultural, a tradução revela com insólita clareza o que uma cultura acha interessante em outra, ou mais exatamente o que grupos de uma cultura acham interessante em outra. Poderíamos dizer que a escolha de itens para tradução reflete as prioridades da cultura hospedeira (BURKE, 2009, p. 26).

Portanto, o trabalho do TILS abrange espaços mais amplos do que os comumente frequentados por intérpretes ouvintes, percorrendo um caminho que atenda as necessidades das várias Comunidades Surdas no campo da saúde, religião, educação, comércio e incluindo pautas familiares, levando em consideração que a maioria dos surdos são oriundos de famílias, cujos pais são ouvintes, e esses, em geral, não sabem empregar a língua de sinais.

Dessa forma, a demanda dos indivíduos surdos pela inclusão social e

28

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> **Povo Surdo:** "entende-se "povo surdo" como um conceito lato e abrangente: a população total de surdos, sejam usuários de línguas gestuais, sejam oralizados, sejam participantes ou não das comunidades surdas" (Gladis Perlin, 2005).

linguística, acarreta um diferencial entre a demanda de tradutores e intérpretes de línguas orais e os TILS em relação a tradutores exclusivos da modalidade oral a ser considerado.

## 1.3 A importância da LIBRAS e das Línguas de Sinais na Cultura Surda

A função da LIBRAS para a comunidade Surda nacional reveste-se de especial importância enquanto elemento aglutinador de determinada identidade, pois segundo a professora doutora e pesquisadora Surda da UFSC Karen STROBEL

Quando pronunciamos "povo surdo", estamos nos referindo aos sujeitos surdos que não habitam o mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independentemente do grau de evolução linguística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços (2013, p. 38).

Nestes pressupostos Strobel (2013) reconhece os surdos como um Povo que possui cultura e identidade própria com concepções do mundo com artefatos da cultura visual:

O povo surdo são sujeitos surdos que compartilham os costumes, histórias, tradições em comum e pertencentes às mesmas peculiaridades culturais, ou seja, que constroem sua concepção de mundo através do artefato cultural visual, isto é, usuários defensores do que se diz ser o povo surdo; seriam os sujeitos surdos que podem não habitar no mesmo local, mas que estão ligados por um código de formação visual independentemente do nível linguístico (STROBEL, 2013, p. 41-42).

Dessa forma, sabemos que a LIBRAS, ao definir espaços de sociabilidade e de socialização entre os indivíduos Surdos, além de ser a sua língua natural<sup>9</sup> utilizada para afirmar sua própria cultura e identidade, além de desempenhar o papel

29

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> **Língua natural:** língua humana, língua idiomática, ou somente língua ou idioma, é qualquer linguagem desenvolvida naturalmente pelo ser humano, de forma não premeditada, como resultado da facilidade inata para a linguagem possuída pelo intelecto humano( GOLDFELD, M. (2002). **A criança surda**: Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus. SLOMSKI, V. (2010). **Educação bilíngue para surdos**: Concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá. SPINASSÉ, K. (2006). "Os conceitos de Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no sul do Brasil." **Revista Contingentia**. Vol. 1, pp. 1-8.

de linguagem performática<sup>10</sup> para esses; torna-se um vetor de acesso à cultura ouvinte e na inserção social em ambientes específicos como: educação, saúde, trabalho e político, tornando-se fundamental, posto que deva estar ligada intrinsecamente à dinâmica social.

Sem ela, viveríamos isolados uns dos outros e não seríamos capazes de manter nenhuma relação com nossos semelhantes. Ela nos permite a socialização e mediante seu uso nos tornarmos capazes de aprender e de ensinar as regras de conduta da vida social. É no interior de seu grupo cultural que cada ser humano aprende a se comunicar. Esta aprendizagem ocorre a partir da interação estabelecida com os demais seres que compartilham o espaço-tempo em que se vive. Juntamente com a língua, aprendemse formas de organizar o pensamento, de ser e de comportar-se, de identificar-se ou de diferenciar-se de outros grupos, de valorizar hábitos, costumes, atitudes e aspectos próprios do grupo cultural. É com a família, com a escola, com o grupo de amigos, parentes e conhecidos que o ser humano constrói, enfim, seu modo de ser, sua identidade, o que o identifica com seu grupo e o diferencia dos demais grupos sociais. Machado apud Machado. In: Prestes (pp. 45-46).

Não restam dúvidas de que a coletividade é quem confere substância, para além da língua própria, diferenciada, diferenciando-se mais e mais, relativamente ao idioma português que lhe deu a primeira base, e não somente confere firmeza a esta situação de recuperação, que finda sendo paradigmática, para dar base a outras lutas de contextualização culturalista, mas também confere uma existência diferenciada dignificadora de toda uma população que, por séculos a fio, ficou isolada nas cidades, nas famílias, nas escolas, impedida de acesso a trabalhos e mesmo a lugares de trabalho de familiares, lacra execrável de uma sociedade enceguecida pelo ideal modernista de Unidade, que beneficiava a uma normalidade perturbadora da civilização que temos de implementar.

-

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> **Linguagem performática**: Jacques Derrida (1991), afirma que o performativo é uma comunicação que não leva consigo apenas um conteúdo semântico já constituído e vigiado por uma verdade. Para Derrida qualquer signo, linguístico ou não-linguístico, falado ou escrito, em pequena ou grande unidade que pode ser citado como uma forma de comunicação simbólica ou não. Por outro lado, Butler (2001) comenta a performatividade deve ser compreendida não como um "ato" singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia.

#### 1.4 A língua como produção de herança e artefato cultural

Para STROBEL (2013) os ouvintes promovem a transmissão cultural utilizando a oralidade e visualidade. Todavia, a pessoa surda ou o falante da LIBRAS trata-se de pessoas que os processos de comunicações e expressões são construídos com base nos artefatos da cultura visual No entanto, há nuances que precisam ser consideradas, haja vista a existência de surdos que dominam a língua<sup>11</sup> de sinais com fortes símbolos de linguagens da cultura ouvinte ocidental e cristã; existindo, ainda, outros surdos que dominam a língua de sinais surdos sem essa mesma perspectiva, como a situação que ocorre nas línguas indígenas.

Dessa forma, acredita-se que os sujeitos surdos que foram colonizados em LIBRAS pela cultura ouvinte seriam os que aprenderam LIBRAS com pessoa que seja um intérprete ouvinte, sendo possível afirmar, que, dependendo de quem alfabetizou esse sujeito na língua de sinais, esse pode possui uma língua de sinais carregada da cultural e identidade ouvinte, ou seja, um surdo ouvinte possuiria uma bacia semântica de sinais com uma certa diferença dos surdos que convivem mais com o Povo Surdo.

Um exemplo das peculiaridades do povo surdo envolvidas na questão visual na atualidade tem sido a luta em favor da acessibilidade nas TVs através de filmes com legendas ou com a tradução/interpretação em LIBRAS, questão essa em destaque, dentre muitas outras de suas reivindicações culturais.

Ainda conforme STROBEL, um segundo artefato seria a tendência inerente ao surdo de desenvolver sua própria língua, pois, ainda que esse esteja isolado da comunidade Surda, pode comunicar-se com gestos naturais denominados de "sinais caseiros" ao observar visualmente como as coisas funcionam ao seu redor.

Tal diferença manifesta-se desde a tenra infância, tal como, no caso das

https://novaescola.org.br/conteudo/257/qual-a-diferenca-entre-lingua-e-linguagem

Língua (ou linguagem): "A linguagem é a capacidade que os seres humanos têm para produzir, desenvolver e compreender a língua e outras manifestações, como a pintura, a música e a dança. Já a língua é um conjunto organizado de elementos (sons e gestos) que possibilitam a comunicação. Ela surge em sociedade, e todos os grupos humanos desenvolvem sistemas com esse fim. As línguas podem se manifestar de forma oral ou gestual, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras)". Petter, Margarida Maria Taddoni. Disponível em:

peculiaridades existentes no desenvolvimento entre bebês surdos e ouvintes após os primeiros seis meses de vida: os bebês surdos não falam por não ouvir, e, até esse momento eles fazem as mesmas coisas que os bebês ouvintes. Um bebê surdo criado por pais surdos se identifica muito mais com a forma de linguagem sinalizada:

Os sujeitos surdos que tem acesso a língua de sinais e participação na comunidade surda possuem maior segurança, autoestima e identidade sadia. Por isso, é importante que as crianças surdas convivam com pessoas surdas adultas com quem se identificam e tenham acesso as informações e conhecimentos no seu cotidiano (STROBEL, 2013, p. 54).

Assim, a língua de sinais surge enquanto marca identitária dos sujeitos surdos, dentre muitas outras marcas características dessa cultura, sendo capaz de transmitir e proporcionar a aquisição de conhecimentos, posto que:

Para o sujeito surdo ter acesso às informações e conhecimentos, e para construir sua identidade, é fundamental criar uma ligação com o povo surdo em que se usa língua em comum: a língua de sinais (STROBEL, 2013, p. 52) .

Dessa forma, a língua de sinais como produção de herança e artefato cultural, parece demonstrar um movimento vivo, criador de corpus narrativos dinâmicos, e não estanques, os quais podem reinventar-se e adaptar-se numa otimização comunicacional para transmitir através de novos dispositivos, o legado de uma geração anterior às novas gerações futuras, que consolidarão cada vez mais este labor da Igualdade —ou não: alternaticamente, poderemos decair a um estado de trevas e de penúria, na que o labor neoliberalista penetre no seio das políticas públicas demonizadoras desta configuração tão plural que está sendo obtida pela mobilização da Cultura Surda no País.

## SEÇÃO 2- ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS NA INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS

Das três fontes teóricas que deram suporte a este estudo, não temos dúvidas em destacar Terry Eagleton (2000, p. 33), pra quem o político e o cultural são magnificados, em várias passagens da sua ideia de cultura:

Cultura é simultaneamente um ideal de perfeição absoluta e o imperfeito processo histórico que prossegue esse fim. Em ambos os casos, parece existir alguma fenda constitutiva entre a cultura e a sua encarnação material, na medida em que a multilateralidade do estético nos inspira acções que o contradizem na sua própria condição de determinação.

Para o nosso autor (que traz, ele mesmo, uma outra segunda fonte teórica), o significado da coletividade que queira estatuir-se como cultura deve se render à História:

Se a palavra «cultura» encerra um texto histórico e filosófico, é também a sede de um conflito político. Tal como afirma Raymond Williams: «O complexo de sentidos (no âmbito da expressão) indicia uma complexa discussão sobre as relações entre o desenvolvimento humano geral e um modo de vida em particular e entre estes e as obras e as práticas da arte e da inteligência.» Esta é, na verdade, a história traçada no livro *Culture and Society (1780-1950)*, que cartografa a versão indígena inglesa da *Kulturphilosophie*\* européia. Pode ver-se nesta corrente de pensamento um esforço no sentido de ligar variados significados de cultura que estão gradualmente a afastar-se: cultura (na acepção das artes) define uma qualidade de vida sofisticada (cultura enquanto civilidade) que compete à mudança política a concretizar na cultura (na acepção de vida social) **como um todo**. 13

O trabalho que passam a realizar sobre Literatura não nos deixa entrever modo de continuar até o fim com o nosso autor preferido, ainda que retorrnemos depois a ele, noutras passagens.

<sup>13</sup> Ideal platônico de abranger "a coisa mesma". Destaque **negritado** nosso.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Raymond Williams. *Keywords*, Londres, p. 81, *apud* Eagleton, p. 33.

#### 2.1 A Construção da Igualdade Política

Com a derrocada da teoria Oralista, diversas pesquisas sobre a língua de sinais tornaram evidente outro modelo educacional como forma de reconhecimento das diferenças, a partir dos Estudos Culturais.

A partir de 1960, principalmente nos Estados Unidos, as denominadas *minorias étnicas e culturais*, apoiadas por setores representativos da sociedade, organizaram-se em movimentos sociais para reivindicar seus direitos, com o objetivo de terem suas diferenças reconhecidas politicamente (FERNANDES, 2011, p. 54).

Assim, os Surdos nas suas reivindicações e nas lutas por direitos sociais igualitários, no chamado "movimento surdo", tiveram a oportunidade denunciar a opressão secular na qual vivem historicamente enquanto minoria, bem como a oportunidade de difundir sua própria cultura.

Nesse sentido, pode-se caracterizar o movimento surdo como uma "gestação da política de identidade surda contra a coesão ouvinte" (primeira surda a fazer doutorado, atua como professora e pesquisadora, Gladis PERLIN, 1998), movimento social esse, que conseguiu mudanças significativas nas práticas dominantes que estigmatizavam os surdos como incapazes de estabelecer um convívio social. No entanto há que distinguir tais reivindicações em dois campos: o político e o da educação especial.

No ponto de vista político, "o movimento surdo se ambientou no clima de revolução de grupos minoritários, embalados pela insatisfação popular pós-Guerra Mundial e pós-Guerra do Vietnã, entre outros conflitos socioeconômicos" (FERNANDES,2013), possibilitando uma abertura para que outros grupos minoritários de movimentos sociais étnicos, linguísticos e religiosos também reivindicassem seus direitos.

No ponto de vista da educação especial, seu protagonismo se deu na busca pelos direitos de integração no aprendizado em escolas regulares, trabalho que até então, relegava o atendimento a alunos especiais exclusivamente em escolas especiais. Desde então, e, a partir dessa movimentação, começaram os processos de integração dos surdos em algumas salas especiais e em algumas escolas comuns. Tal procedimento representou um pequeno passo que acabou resultando em mudanças positivas na educação de surdos.

#### 2.2 Os Surdos e o processo de aplicação de atitudes político-culturais

Oficialmente no Brasil, a história da educação de surdos teve sua origem no início de 1857 com a fundação da Escola Especial no Rio de Janeiro, atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), com inspiração na Língua de Sinais Francesa, e como já existissem aqui, surdos que se comunicavam entre si e entre os ouvintes através de sinais próprios, estabeleceu-se a partir daí, informalmente, uma língua brasileira de sinais.

Durante a década de 1960 nos Estados Unidos da América(EUA), com as pesquisas e publicações acadêmicas de William Stokoe, as línguas de sinais passaram a obter o status de língua, iniciando-se nesse mesmo período, um processo de pesquisa sobre qual seria a melhor metodologia na educação de surdos.

A partir dessa época, e, influenciadas pelo trabalho do eminente pesquisador norte-americano, a grande referência na luta político-cultural em território nacional passará necessariamente pelo trabalho pioneiro das pesquisadoras Lucinda Ferreira Brito, Ronice Quadros, Gladis Perlin, Karen Strobel, dentre outros, cuja resultante proporcionou novos ângulos de aplicação das políticas públicas, bem como da inserção cultural e mesmo identitária.

Tais pesquisas e publicações influenciaram a comunidade Surda em suas atitudes político-culturais.

as pessoas surdas cada vez mais têm conquistado seu espaço sendo vistas e reconhecidas como uma comunidade possuidora de cultura própria, tendo conquistado o direito à instrução em sua primeira língua (LIBRAS), assim, dentro de uma perspectiva de

educação bilíngue, procura-se assegurar a presença de professores bilíngues e do intérprete de língua de sinais como mediador dessa comunicação (PEREIRA, 2010, p. 37).

Atualmente em território nacional, trabalha-se com três abordagens que ainda geram discussão entre os profissionais da área: o Oralismo, metodologia implantada em 1911, através do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), tendo como objetivo a integração do aluno surdo. O espaço-visualismo que, em 1968, surge com a filosofia da comunicação total, aceitando e privilegiando toda forma de comunicação e não somente a língua; e por último, o bilinguismo, que, a partir da década de 80 passou a apoiar o uso das línguas de sinais independente da língua oral (GESSER, 2012, p. 85).

O Bilinguismo ganhou força a partir da publicação da Lei n.º 10.436/2002 e do Decreto n.º 5.626/2005, dispositivos legais que reconhecem a língua e a educação bilíngue enquanto direitos do povo surdo a partir da organização desses grupos pelo associativismo e pela luta por seus direitos, de modo amplo, através de movimentos sociais conectados a um Movimento Nacional em defesa do direito à educação bilíngue<sup>14</sup>.

#### 2.3 A língua de sinais como instrumento de luta e resistência cultural

Para os Surdos, a língua majoritária, de modalidade oral-auditiva, não é completamente acessível, ou seja, não é facilmente aprendida como segunda língua, assim como é para sujeitos ouvintes bilíngues, pois, acessar confortavelmente uma língua, significa estar no mundo, linguística e culturalmente, por intermédio dela.

Tal condição bilíngue não acontece naturalmente com os Surdos brasileiros, os quais, pela condição da surdez, em sua grande maioria, vivem desconectados da produção de sentido na língua majoritária, a língua portuguesa, sentindo-se muitas vezes como aprendizes estrangeiros no uso de uma segunda

-

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> http://setembroazul.com.br/historia.html

língua.

A discussão a respeito do conforto linguístico por meio da LIBRAS adquire força a )partir do reconhecimento dessa como primeira língua da comunidade surda e, sobretudo, com alicerce na resistência dessa comunidade à imposição de padrões e de estereótipos criados em torno do sujeito surdo.

Por outro lado, a discussão da constituição de sujeitos surdos bilíngues (proficientes em LIBRAS e em Português escrito) também favorece a alternância ou sobreposição de línguas, e o empoderamento dos surdos, social e politicamente, sobre o fazer de sua história (SANTIAGO e ANDRADE, 2013, p. 148).

### 2.4 LIBRAS – Uma Questão de Identidade

A língua, como elemento de interação social é característica de determinado grupo de falantes entre si, e pode utilizar tanto signos gestuais quanto verbais, ou seja, falam o mesmo idioma.

As línguas de sinais têm algumas características comuns, mas não são universais, possuindo uma imensa variação linguística em cada país, e, dentro da língua desses diversos países, suas peculiaridades e versões regionais.

São línguas dinâmicas, visuais, performáticas, que se utilizam da gestualidade do corpo, sinais manuais e faciais como forma de expressão e comunicação das comunidades Surdas, pois "Os surdos e a comunidade surda são plurais, como o é todo agrupamento humano. Toda identidade é dinâmica e é transformada continuamente (SÁ, p. 128, 2006)."

Com respeito ao acesso aos bens culturais, podemos recordar que a comunidade surda vem organizando campanhas e ações políticas que reivindicam o acesso ao cinema nacional com legenda. A campanha tem o slogan "Legenda para quem não ouve, mas se emociona" - uma campanha nacional pela legendagem de produtos audiovisuais nacionais para acesso das pessoas com deficiência auditiva,

coloca em discussão a acessibilidade neste contexto.

Hoje, os surdos brasileiros têm acesso sobretudo a dados holywoodianos que espelham a cultura estadunidense por chegarem acessível com legendas. No entanto, critica-se a falta de legendas no cinema brasileiro, esquecendo-se que a técnica não serve apenas a falantes de idiomas estrangeiros. A reivindicação dos surdos nessa campanha em especial, trata de sensibilizar os realizadores de cinema sobre o acesso aos conteúdos por meio da legendagem de filmes nacionais em português, cujo resultado indicaria em determinados espaços, que, a alternância da modalidade de língua representaria também uma opção de inserção sociolinguística para o acesso aos bens culturais (SANTIAGO e ANDRADE, 2013, p. 158).

É importante entender que tal alternância de línguas só é possível quando o sujeito surdo tenha constituído uma base cognitiva sólida em sua primeira língua e, a partir desta base, desenvolvesse uma segunda ou terceira língua, de sinais ou oral, na modalidade escrita, ou até mesmo na modalidade oral, quando conveniente ou desejado.

Com o passar do tempo, os povos surdos tiveram a necessidade de registrar suas ações cotidianas, e, dentre as várias conquistas, podemos citar: as línguas de sinais, as tradições culturais, dentre outras ações, fazendo com que emergisse uma literatura surda. Dentro da comunidade surda, os sujeitos surdos não se diferenciam uns dos outros através do grau de sua surdez, mas por uma dualidade pré-estabelecida: se fulano é surdo ou ouvinte, o que reforça a afirmação dessas identidades culturais em seu pertencimento à comunidade surda (STROBEL, 2013, p. 76).

# SEÇÃO 3- ESPAÇOS DE INTERCÂMBIO POLÍTICO-CULTURAIS COM A CULTURA SURDA

Não é preciso recordar que a Cultura, segundo as várias teorias que se utilizam desta palavra "pau pra toda obra", ou segundo as suas próprias acepções já complicadas, que a tornam dificultosa e, portanto, a tornam óbvia demais para o uso prático, não pode ser tratada sem o compromisso adequado com o que se queira fazer com ela. Por isso, é preciso dizer acuradamente que a nossa "ideia de Cultura" é aquela encampada no seio da construção epistemológica de Terry Eagleton. O interesse de empregar o termo Cultura deve-se o ideal de termos no Brasil uma Cultura Surda utente de LIBRAS envolvida por uma Cultura Ouvinte plural, a maioria das pessoas falantes da Língua Portuguesa, como primeira língua.

Claro que é preciso dizer que, nos dois últimos séculos, o tema de aceitação coletiva das pessoas surdas (nem sempre admitidas como "coletividades surdas") vem-se aprimorando, em termos de consideração política, mas também técnica, adentrando no assunto genérico da interculturalidade, como "povo", assim como são as coletividades indígenas e mesmo estrangeiros transterritorializados. Não assim se dá com os cegos, os cadeirantes ou os "deficientes" de qualquer ordem, dado, essencialmente, que estes últimos não possuem uma língua própria. Os surdocegos sim são especialmente considerados por terem uma língua própria, no Brasil a LIBRAS táctil.

Por isso, necessário se faz tratar de dados da Cultura Surda imbricados com dados da surdez como "deficiência", até porque pode-se aproveitar politicamente alguma concessão médica ou econômica que possa, pelas normas públicas, compensar os séculos (diria milênios) de desconsideração para os surdos como "deficientes esquecidos", dado que em geral passam desapercebidos, no âmbito de uma sociedade envolvente que os tornam minorizados em sentidos sociais, culturais, econômicos, políticos, administrativos —enfim, precisam ser muito

<sup>15</sup> Não utilizado no seio da interculturalidade ou da Antropologia, ou das Ciências Sociais e Ciências Humanas,

mas nas áreas médicas de modo específico, como maneira de categorizar as pessoas como unidade pessoal com características comuns, para igualizar, no possível (descartada a eugenia), a ideia de surdez como deficiência é aceito parcialmente, e neste entendimento médico no que queiram os indivíduos também, excepcionalmente.

bem organizados, saber distribuir compensatoriamente a sua língua através de meios de difusão sociocultural, sobretudo valendo-se de setores e de movimentos que os possam tornar alvo de atividades direcionadas a uma Educação Especial construída por políticas públicas fruto de reivindicações nacionais, no caso do Brasil, que possam igualar as pessoas pelos direitos gerais de equalização da Cidadania como um todo.

As políticas públicas que norteiam a Educação Especial, especificamente a Educação de Surdos no Brasil, foram criadas a partir das reivindicações dos movimentos sociais, nas suas tomadas de decisões em plenárias, reuniões e convenções internacionais que aprovaram leis a favor da educação especial. Tais conquistas apresentam uma reflexão dialógica sobre conceitos como: desigualdade, diferença, direitos singulares, influenciando diretamente a legislação recente na estrutura das políticas públicas que enquadram o atendimento à educação inclusiva brasileira.

Em países que respeitam o Estado democrático de Direito têm-se procurado nortear o andamento das políticas públicas pela consideração a todo "deficiente", embora nem sempre baseando-se as políticas nos interesses sociais minoritários, mas no que tange ao ideal do deficiente nacional, como se deduz do trecho:

Assim, de um lado, encontram-se os Estados que regulamentam quais devem tornar-se 'línguas oficiais de ensino', e de outro, encontram-se projetos internacionais avançados para difusão de línguas em territórios vastos nos quais se realizam negócios (SALLES, 2007, p. 30).

Em que pese vivermos num mundo "globalizante", termo esse que suplantou em parte os limites físicos entre nações, propondo em essência, um cenário multicutural, a língua de cada nacionalidade, ao possuir as suas próprias regras, e características linguísticas, enseja políticas públicas que atendam a essa demanda individualmente como coletividade.

a internacionalização das trocas políticas e econômicas é feita por meio das línguas oficializadas no âmbito dos Estados, em decorrência do conceito de supranacionalidade, que é gerado no plano teórico das decisões. No plano prático, todavia, compete aos Estados regularizar suas políticas linguísticas nacionais, de acordo com a história dos fatos já ocorridos e, ao mesmo tempo, rever esses fatos à luz da nova ordem mundial. Compete, também, estabelecer princípios de harmonização intralíngua, com base em todas as variedades para que a comunicação interlinguística resulte bemsucedida. Compete. ainda. aos Estados. em transnacionalismo e do interlinguismo, criar uma firme política de ensino e de aprendizagem da(s) língua(s) em causa, a fim de auferirlhe(s) prestígio e de manter identidades (SALLES, 2007, pp. 26-27)

Assim, as políticas públicas para serem bem sucedidas deveriam, em tese, levar em conta o discurso social peculiar de cada comunidade que apresenta características linguísticas próprias, representando os seus falantes, mas, no entanto, a matriz educacional tradicionalmente sempre foi definida pelo Estado como unidade, com base na sua própria regularidade pseudounívoca, com a língua modal (ouvinte) e normativizada a partir de uma gramática padrão.

### 3.1 O Manejo de recursos político-filológicos

Se por um lado os surdos, como coletividade, podem ocupar pelo menos dois lugares próprios no espaço da consideração social, como "deficientes" e como uma espécie de comunidade ou sociedade (mas não nação, nem nacionalidade e nem governo, porque não reivindicam, por exemplo, território próprio no interior da jurisdição de qualquer Estado-nação moderno, como podem fazer as sociedades indígenas), culturalmente estão demarcados por língua própria (poderíamos dizer idioma?) e por isso podem ser objeto dos estudos da Filologia Política.

Um dos maiores pensadores, cientistas e humanistas em seus estudos psicológico-científicos do comportamento e dos processos mentais, entre outras áreas, foi desenvolvido por Vygotsky no século XX, demarcando descobertas várias da Pedagogia e da Psicologia, principalmente, estudos que podem abordar na sua relação com a educação especial, sobretudo porque a Arte é uma das possibilidades

cultural, identitária, funcionalidade coletiva, etc.'

de vinculação das teorias vygotskianas com a Educação, tema muito valioso para o trabalho com as Comunidades surdas e com a Cultura Surda.

Em Vygotsky, segundo Ivic<sup>16</sup>, a qualidade social se desenvolve nas interações entre os seres humanos, ou seja, as relações de dois indivíduos em um mesmo espaço interativo não ocorre da mesma maneira, pois cada indivíduo se forma de maneira singular, e, devido às peculiaridades ocorridas no desenvolvimento individual, essas são irrepetíveis, sendo capazes de se apropriar de sua própria cultura, seu sentimento, pensamento através da interação com os instrumentos técnicos que o meio ambiente oferece para as suas atividades e experiências. (IVIC, p. 11.)

Assim, ao se basear em teoria sociocultural, Vygotsky afirma que "o desenvolvimento cognitivo surge por meio da interação em situações sociais concretas e é facilitado quando o aprendiz recebe suporte de um interlocutor mais experiente que pode orientá-lo" (confronte SALLES, p. 105), Por isso, o processo "entre o sujeito e o mundo" não se faz diretamente, mas tem de ser mediado por um adulto para poder impulsionar a criança a atingir certo nível de compreensão e a adquirir habilidade necessária para a ampliação da sua estrutura cognitiva, e essa característica, não trabalhada pela nossa antecessora no mestrado, é apenas um primeiro passo, que antecede o interesse do seu uso político-cultural em busca de resolver as demandas das coletividades, criadas precisamente pelo fato gerador de que surdez não é deficiência.

Conforme Miranda *et al*, a constituição da relação educativa dá-se:

na medida em que se desenvolvem mediações (ações, linguagens, dispositivos, representações) que potencializem a capacidade de iniciativa e de interação das pessoas (VYGOTSKY, 1997). Nesse processo, o educador precisa saber potencializar a autonomia, a criatividade e a comunicação dos estudantes, e, por sua vez, tornar-se produtor de seu próprio saber. Muitos professores e professoras acreditam que devem receber a preparação para trabalhar com estudantes com deficiência a partir de uma formação profissional que, vinda de fora (orientações, direção, estado), dê a

42

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Consoante consta na dissertação da Mestra Vanilce de Sousa. Diálogo de surdos. Uma interação necessária da LIBRAS com a Língua Portuguesa. Mestrado Acadêmico em Letras. Defesa em 2015. Universidade Federal de Rondônia; passim.

eles autonomia para atuar. Mas também, se verifica que tais processos de formação adquirem sentido, na medida em que se articulam com os saberes que os educadores desenvolvem, tendo em vista as suas histórias de vida individual, as suas relações com a sociedade, com a instituição escolar, com os outros atores educativos e os lugares de formação (MIRANDA, 2016, p. 13).

Assim, por meio da gênese do pensamento de Vygotsky, no seu tipo de "materialismo histórico-dialético", podemos refletir sobre o funcionamento do sentido e do significado na Psicologia da Arte mostrando que o sentido predomina sobre o significado. Silva e Ribeiro (2009, p. 174) dizem que "Lukács compreendia a arte nas suas singularidades e totalidades, sendo que estas dão o caráter verdadeiro de um produto artístico ao revelar a presença da consciência de si do gênero humano" sistematizando, assim, a estética marxista no que nos interessa para a utilização da base para o suporte de espaços educacionais aptos a servirem a Cultura Surda no seu crescimento: à formação do indivíduo ativo socialmente, criador de si mesmo e sensível à existência de um mundo no seu entorno cultural para assim obter a construção coletiva da respeitabilidade de espaços sociais às vezes refratários a dialogar na mesma dimensão com comunidades historicamente minoritárias socialmente.

Para Silva e Ribeiro,

a estética marxista não é uma criação de forma artística singular, mas um sistema filosófico próprio de concepção dialética e ontológica do mundo, no qual o artista é visto como um ser social determinado pelas circunstâncias históricas em constante processo de transformação e a arte como uma atividade humana mais próxima da vida do que a ciência (2009, p. 175).

Esta complexa ligação recíproca entre pensamento e linguagem, para Vygotsky, tem um papel fundamental na constituição do sujeito, bem como na ocorrência da interação social entre os indivíduos em suas relações pedagógicas e sociais, entre si e com outras comunidades. Assim, a linguagem ocupa um lugar que se articula neste processo para uma construção teórica em cada estágio do desenvolvimento da pessoa, não sendo apenas um mero instrumento de

.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Ibidem. Passim.

comunicação, mas tendo o papel fundamental de interação, com ampla gama de sentidos, no processo de significação totalizada.

Diga-se de passagem que as categorias de funcionamento das análises político-culturais depõem favoravelmente acerca da identidade de uma Cultura Surda, pois o *ethos* cultural surdo reúne atribuições outras, além do *logos*, que é a tônica deste tipo de construção. A territorialidade espacialmente pode ser determinada pelo uso de algumas regiões na cidade, caso haja essa necessidade, embora se saiba que é uma categoria secundarizada, dependente daquelas que, como por exemplo a *polis*, são apenas continuação de uma crescente tomada de posição a respeito das mudanças propiciadas pela mobilização de populações com mesmo interesse.

A criação de línguas de sinais oficiais para e por comunidades surdas, com o direito-dever de fixar signos linguísticos por pessoas surdas, se trata de um movimento político da maior importância, até porque a fixação das línguas, os espaços de grupos de WhatsApp de Lexicologia, se tornaram decisivo caminho para a plenificação da tecnologia unificadora da LIBRAS, no País.

### 3.2 As primeiras línguas de sinais oficiais

Os primeiros sinais que surgiram foram utilizados por monges na sua comunicação em igrejas para poder manter o silêncio, posto que, alguns surdos à época já faziam uso de gestos e mímicas. A primeira língua de sinais com características linguísticas aplicada em nível institucional no mundo, foi desenvolvida por Charles Michel L'Epée (1712-1789) na segunda metade do século XIX, no entanto, ganhou notoriedade somente na década de 1780, por toda a Europa.

Tal língua de sinais era "uma combinação das línguas de sinais utilizadas por Surdos com a gramática sinalizada francesa", segundo Fernandes (2011, p. 28), o que tornou possível uma maior comunicação dos alunos surdos na compreensão, leitura e escrita, método esse, de relevância tal, que foi desenvolvido posteriormente na instituição fundada por L'Epée em Paris, o que teria lhe proporcionado muito

prestígio, além de aprofundar suas pesquisas de modo especializado na área da sociolinguística.

O modelo de língua de sinais de *L'Epée* foi reconhecido por ele, como "único veículo adequado para desenvolver o pensamento e a comunicação dos Surdos, trouxe inúmeras contribuições para a integração social destes" (FERNANDES, 2011, p. 29). Os professores profissionais que trabalhavam na instituição de L'Epée levaram o conhecimento das línguas de sinais a diversos lugares no mundo "multiplicando a metodologia desenvolvida pelo religioso para educar os Surdos.

De acordo com Fernandes (2011), em oposição ao método francês de *L'Epée*, o oralismo ganhou força em toda a Europa no século XIX, devido à influência de grandes representantes, tais como: Alexandre Graham Bell, cientista de renome que trabalhou para desenvolver protótipos de ampliação sonora para Surdos.

Desde princípios do século XVI, "o estudo das línguas vivas modernas... intensificou-se e contribuiu para que o aspecto oral da linguagem fosse trazido à tona, firmando bases para a teoria fonética". "Os estudos de cunho biológico, que tinham crescente interesse pelos órgãos da fala e sua maneira de produzir os sons da linguagem, encontraram ressonância nas práticas empíricas utilizadas para ensinar os "Surdos-mudos" a articular a palavra (Câmara Júnior, 1975, *apud* Fernandes, 2011, p. 33).

No entanto, em 1880, no Congresso Internacional de Educadores de Surdos, em Milão, a língua de sinais praticada então perdeu o foco, e a técnica do Oralismo foi aprovada pelos representantes mundiais naquele evento, como foi o método oral admitido como o "mais eficaz para a educação da criança surda, sendo que a maioria destes representantes não era surda". Tal decisão foi tomada em decorrência "de uma confluência de fatores linguísticos filosóficos e religiosos, mas não educativos" (FERNANDES, 2011, p. 32).

Sem ainda a pauta temática cujo slogan "nenhum direito para eles sem eles" ("nada de nós sem nós", segundo a última conferência nacional da pessoa com deficiência, de 2014 e 2016, mudando decisivamente a pessoa do discurso) ainda não estava em voga, a partir daquele momento, os surdos foram, na prática, proibidos de utilizar a linguagem de sinais antes de que os estudiosos pudessem alcançar um resultado positivo nas suas pesquisas, pois esses acreditavam que a interferência do uso dos sinais prejudicaria e tardaria o aprendizado da língua oral nas pessoas surdas. Esta proibição, além de forçá-los a aprender a falar (um ideal do Oralismo), fez com que a integração dos surdos à sociedade ouvinte se tornasse realidade, e, consequentemente professores Surdos perderam espaço nas salas de aula.

Para o nosso teórico maior (EAGLETON, p. 56), deve-se destacar o *logos* e a auto-imagem coletiva, como fazem os surdos, para privilegiar sabermos que se trata de cultura própria, diferenciada:

As pessoas que pertencem a um mesmo lugar, profissão ou geração não constituem, por esse fato, uma cultura; fazem-no apenas quando começam a partilhar hábitos de linguagem, folclore, formas de agir, quadros valorativos, uma auto-imagem coletiva.

Assim, privilegia-se um destaque aos surdos reunidos coletivamente como cultura porque possuem uma língua, como se disse, mas essa afirmação do teórico inglês vai mais longe: lança dardos contra a própria concepção oralista. Conjugada à medicina, ao consolidar suas experiências na Europa durante o século XIX, preferiu-se visibilizar a percepção da "cura": Espalhou-se a influência dos seus procedimentos no intuito de "corrigir 'anormalidades', proceder a 'cura' e evitar a manifestação das diferenças", suprimindo os sintomas de uma "certa" enfermidade. Não se via qualquer presença de linguagem, menos de língua, como homogeneizadora da comunidade (menos da sociedade) de falantes de línguas de sinais.

"Na educação dos Surdos, isso se deu pela prática mais óbvia: fazer com que esses falassem como se fossem ouvintes e impedir que se expressassem por meio de sinais" (*confronte* FERNANDES, p. 37), prevalecendo, então, esse modelo

clínico na observação dos surdos (preferentemente de algum surdo) por um longo período, visando mais que nada o destaque ao desenvolvimento da expressão oral como método de "cura".

### 3.3 Ouvintismo, Oralismo e Comunicação Total

O termo *Ouvintismo* pode ser definido "para se referir ao conjunto de representações e práticas sociais em que a normalidade ouvinte - a maioriaconstitui-se no modelo ideal que deve ser reproduzido pelos Surdos a qualquer custo (Skliar, 1997ª, *apud* Fernandes 2011, p. 38)."

Dado o diagnóstico da patologia do ouvido, a qual pode ser tratada com uso de aparelhos auditivos, implantes cocleares e reabilitação da audição e da fala, concluía-se que o problema seria o ouvido defeituoso e não o sujeito surdo (FERNANDES, 2011).

Assim, a prática do oralismo teria de aproveitar a estimulação do sujeito surdo através dos resíduos de audição para estabelecer a linguagem e fala, ou seja, aproximar os surdos da 'normalidade', percebendo-se que, a comunicação oralizada se realiza essencialmente por meio da pronúncia da palavra e da leitura labial, numa metodologia de utilização das línguas de sinais e da língua oral simultaneamente.

Dessa forma "prevaleceu... a filosofia educacional do oralismo, predominante no período que compreendeu a década de 1880 até meados de 1960" (FERNANDES, 2011, p. 39), a qual começou a ser derrubada apenas a partir dos estudos realizados pelo precursor William Stokoe, linguista norte-americano, o qual, após ter iniciado seus estudos descobrira em suas pesquisas na Universidade de Gallaudet, que as línguas de sinais possuem as mesmas características linguísticas da língua oral em relação à estrutura gramatical.

Segundo Quadros *apud* Costa (2014b, p. 79) William C. Stokoe trabalhou em seus estudos de análise linguística na língua de sinais americana (LSA) de 1955 a 1970, tendo publicado em 1960 a obra "Estrutura de Língua de Sinais",

estabelecendo conceitualmente pelo menos três partes menores e independentes que davam origem aos sinais: "a configuração de mãos (CM), a locação de mão (L) e o movimento (M)", comprovando que as línguas de sinais possuem os mesmos níveis linguísticos e os mesmos componentes morfológicos e sintáticos que as línguas orais.

Da mesma forma, tais conceitos encontraram aceitação quanto a LIBRAS:

a Língua de Sinais brasileira (LSb), cuja fonologia delimita as unidades mínimas distintivas, consideradas como fonemas, firma-se a partir da decomposição dos movimentos das mãos, dos braços, dos espaços, dos pontos fixos ou não e das expressões faciais, o que é ininteligível para a acuidade visual das pessoas não usuárias da LSb (QUADROS; PERLIM, 2007, p. 128).

Essas mínimas unidades da LIBRAS funcionam como articulações dos sinais, sendo morfemas e fazendo parte da fonologia da LIBRAS posto sejam articulados simultaneamente, diferentemente da língua oral, a qual se articula de forma linear (BRITO, 1995). Desde então, outros estudos surgiram com um novo foco de interesse na estrutura das línguas de sinais, empregando novas abordagens pedagógicas direcionadas aos alunos surdos no Brasil, no entanto, somente na década de 1980 é que se iniciaram os estudos sobre as línguas de sinais, a partir da pesquisa teórica da linguista Lucinda Ferreira Brito (SALLES, 2007, p. 83).

A abordagem educacional *Oralista*, significa uma "adjetivação dada àquelas abordagens que enfatizam a fala e a amplificação da audição e que rejeitam, de maneira explícita e rígida, qualquer uso das línguas de sinais" (SÁ, 2006, p. 83-84) e que, após um longo período de sua prática sem lograr êxito nos objetivos traçados para que o surdo seja integrado à sociedade através da fala. Dessa forma, as instituições começaram a ceder na questão do uso dos sinais para que esses fossem trabalhados concomitantemente com a língua oral, abrindo assim o caminho para o conceito de Comunicação Total.

A Comunicação Total foi desenvolvida após o fracasso do oralismo para os sujeitos surdos, na década de 1960, defendendo a utilização de recursos linguísticos e não linguísticos que forneçam o input auditivo e a informação visual. A filosofia da Comunicação Total visaria primeiramente o bem-estar da pessoa surda, respeitando

distintamente a sua identidade e sua cultura, num patamar pelo qual o surdo escolheria não só a forma como quer se comunicar com o outro, mas também a forma de moldar seu mundo interior.

Assim, Sá apud Owen Wrigley (2006, p. 84) comenta que

a comunicação total veio significar a mistura da fala e língua dos sinais mais convenientes a cada professor [...]. O uso da língua dos sinais nesses ambientes mostrou-se ser, na melhor das hipóteses, apenas "fala apoiada pelos sinais", que é inadequada para ser compreendida por uma criança surda como uma mensagem completa [...]. A "comunicação total" é qualquer coisa, menos total, e raramente comunica (*ibidem*, p. 15).

A Comunicação Total, portanto, ao trabalhar com as línguas de sinais e com a língua oral ao mesmo tempo funcionaria como uma ponte para a integração social dos surdos, utilizando os sinais apenas como um elemento auxiliar da fala sem proporcionar qualquer perspectiva de desenvolvimento contínuo, fazendo com que, dessa forma, o aluno surdo efetivamente não obtenha êxito em quaisquer modalidades de comunicação, havendo a necessidade ainda, de avançar nessa discussão para compreender como se dá a produção do conhecimento do Povo Surdo nos processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa escrita..

### 3.4 O Bilinguismo

Com o prosseguimento dos estudos sobre as línguas de sinais, surgiram reflexões acerca de novas abordagens linguísticas com propostas pedagógicas para o ensino bilíngue em oposição aos conceitos e práticas do Oralismo e da Comunicação Total.

O ideal do bilingüismo, neste âmbito, tem por finalidade o uso das línguas de sinais e da língua oral, numa proposta que potencializa o desenvolvimento comunicativo da criança o mais próximo de sua realidade sociocultural, funcionando como um veículo de transmissão de conhecimentos e sentimentos que se estabelece o mais cedo possível, seguindo assim, o princípio natural da

comunicação em que o ser humano só fala de forma espontânea um uma conversa, dentro da realidade vivida.

Salles (2007, p. 78) enfatiza que "a educação de bilíngue é desejável e viável, manifestando-se tanto melhor quanto mais cedo for introduzido o processo de aquisição da língua oral", possibilitando assim que, a criança desenvolva sua competência linguística na língua de sinais como primeira língua, a qual irá posteriormente ajudar no aprendizado da língua oral como segunda língua.

No entanto, Sá ressalta que:

Quando se defende a língua de sinais como primeira língua, não se está afirmando que o desenvolvimento cognitivo depende exclusivamente do domínio de uma língua, mas se está crendo que dominar uma língua garante melhores recursos para as cadeias neuronais envolvidas no desenvolvimento dos processos cognitivos. Assim, objetivamente, o que pretendem os defensores do "bilinguismo" é garantir o domínio de uma língua para dar bases sólidas ao desenvolvimento cognitivo do indivíduo (2006, p. 88).

Dessa forma, para se aprender uma nova língua, o aluno deverá aprimorar o processo cognitivo estabelecendo alguns princípios internos que irão se encadear para a aprendizagem da nova língua. O ensino da língua oral aos surdos que já são alfabetizados na língua de sinais constitui em um desafio para o ensino de língua oral como segunda língua, onde a aquisição de conhecimentos e o acesso à informação dos sinais seriam condicionados pelos diferentes canais de recepção das línguas de sinais e pelas diferenças culturais entre as comunidades linguísticas.

Isso, em tese, nos ajudaria a compreender as relações culturais nas línguas de sinais, segundo Sá:

uma educação bilíngue-multicultural não envolve apenas o considerar a necessidade do uso de duas línguas, mas significa, também, além de dar espaço privilegiado e prioritário à língua natural dos surdos, ter como eixos fundamentais a identidade e a cultura (2006, p. 90).

Tal situação de aprendizagem nos exige revisar esses conceitos num contexto multilíngue e multicultural, onde expressões habituais nos permitem qualificar os métodos de ensino da língua oral, tais como: a imersão linguística e a submersão em suas distintas modalidades, mas especialmente, nos instiga a ter um novo olhar e buscar novas formas metodológicas de ensino da língua oral para ser trabalhadas com as pessoas que não têm nem mesmo a possibilidade de optar pela língua oral naturalmente.

### SEÇÃO 4- CULTURA SURDA E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS

Muitas normas se tornaram necessárias para que fossem garantidos os direitos das comunidades surdas, reunidas, no seu conjunto nacionalizado, como Cultura Surda. Para que esta consolidação ocorresse, foi preciso que vasta legislação, a partir da sua base do INES, no Rio de Janeiro, fosse edificada, sempre considerando as estratégias do momento, muito disso prejudicando socialmente a visibilização dos movimentos surdos como autônomos, suficientes, autossustentáveis, economicamente, técnica e politicamente.

Essa Construção de uma Cultura Surda no Brasil implicou transformar os processos de Tradução e de Interpretação em Tradução/Interpretação, restituindo à base de saída da LIBRAS, a Língua Portuguesa, agora como língua de chegada.

### 4.1 O que é mesmo Cultura Surda?

Cultura Surda, segundo STROBEL (2013), é uma reunião de costumes, hábitos e histórias que a Comunidade Surda compartilha e transmite às gerações seguintes. Esta, nas sociedades urbanas, é construída no contato do surdo com outros surdos, nas associações e clubes, pelo uso do intérprete de Línguas de Sinais, na interação com outras comunidades, especialmente as ouvintes, e pela tecnologia adaptada aos surdos, os quais intercambiam as suas expressões culturais através de símbolos basicamente visuais, e, cuja maior representação em território nacional é a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Dentro dessa perspectiva cultural, os sujeitos surdos não se diferenciam um do outro de acordo com o grau de surdez, sendo de suma importância para esses o pertencimento ao grupo através da utilização da línguas de sinais como marca dessa cultura, fator preponderante na definição de suas identidades surdas:

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é a forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que esta é esta língua que vai levar o surdo a

transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal (STROBEL, 2013, p. 44).

Os surdos isolados e que não tem contato com a comunidade surda em geral, também compartilham da mesma peculiaridade, construindo sua formação de mundo através de artefato cultural visual, independentemente do grau linguístico, o qual pode inclusive ser apenas gestual.

A Língua Brasileira de Sinais é uma língua complexa, não é mímica nem apenas gesto, sendo captada pela visão e produzida por sinais das mãos e pela linguagem do corpo, especialmente com o uso de expressões faciais, sendo constituída ainda por todos os componentes pertinentes às línguas orais, tais como: semântica, gramática, pragmática e outros elementos, preenchendo todos os requisitos científicos para ser considerada instrumental linguístico de empoderamento social. O que a difere das demais línguas é a sua modalidade espacial gesto-visual, ao passo que as demais línguas, de modo geral, são orais e auditivas.

A mudança e o olhar sobre as representações que atribuem aos termos Surdos e Surdez possibilitam, portanto, uma melhor visibilidade dos múltiplos e diversos processos de identificação das pessoas surdas, sobretudo coletivamente, e, quiçá, pode contribuir para que o discurso sobre a surdez promova a ruptura do estereótipo da deficiência para a consolidação de discussões do campo cultural, acontecendo a partir do campo da interculturalidade, mesmo que por intermédio dos Estudos Culturais, enquanto coletividade.

Dessa forma, a identidade surda deve ser compreendida e vivenciada como diferença política e cultural, pois "a construção das identidades não depende da maior ou menor limitação biológica, e sim de complexas relações linguísticas, históricas, sociais e culturais". (SKLIAR,1997, p. 33.) Neste mesmo sentido, a postura de Terry Eagleton privilegia o método crítico dos estudos da estética como ideologia, uma vez que o seu uso apenas formal prejudicou averiguar a realidade deixada como força pelos movimentos sociais. E houve um prejuízo a uma contrapartida de privilegiar aspectos marxistas dado que o pós-modernismo passou

a se tornar uma "ideologia do capitalismo tardio" (Fredric Jameson), responsável por liquefazer, em amplas camadas sociais, as teorias que combatem o paternalismo.

No entendimento do nosso teórico, a própria classe social desfavorecida deve ser responsável por "erguer-se pelos próprios cabelos", exatamente como acabaram funcionando os pequenos grupos surdos que atravessam o mapa do Brasil, encontrando-se na crítica que se faz ao conservadorismo que prefere "conceder de cima pra baixo" direitos, do que aceitar que podem desenvolver-se a partir das próprias capacidades, cabendo mais que nada ao poder público acatar a ideia da igualdade de direitos, para a qual nada impedirá a ampliação até o zênite da igualdade plena entre desiguais.

### 4.2 Aspectos sociais da transmissão intergeneracional da cultura surda

Para fins de exatificar este nosso objeto, considera-se surda uma pessoa que se identifica com membros da mesma comunidade através de línguas de sinais. Dessa forma, diferentes tipologias clínicas dão conta do assunto, tais como são os graus de surdez: leve, moderada e profunda. No entanto, a questão social da surdez eminentemente dá-se pela identificação com a comunidade de pertença e através da língua:

Os processos identificadores da criança surda começam, portanto, na interação com outros surdos. Nesse relacionamento a criança surda pode não apenas adquirir de modo natural a língua de sinais, mas também assumir padrões de conduta e valores da cultura e da comunidade surdas. Tendo essa possibilidade, a criança surda pode absorver não o modelo que a sociedade ouvinte tem para os surdos, mas o que os surdos têm a respeito de si mesmos (este é o principal beneficio da experiência comunitária da surdez por meio da vida escolar precoce: a possibilidade de construção da identidade de surdo) (SÁ, pp. 127-128).

Assim, a transmissão intergeracional dos aspectos sociais da cultura surda, não é algo simples, mas possui a sua complexidade peculiar, onde as nuances com que se dão tais relações podem variar conforme o caso, por exemplo:

- a) Uma criança surda filha de pais ouvintes necessita de um referencial surdo adulto. Esta relação surgirá normalmente quando essa estiver na idade de ir para a escola e mantiver contato de alguma forma com um surdo adulto, o qual tem a função de "espelho" ou "par", no sentido de prover um desenvolvimento cognitivo e interação social satisfatórios na língua gesto—espaço—visual, caso consideremos a educação bilíngue. Do contrário, poderá viver isolado em mundo de ouvintes, ou, alternativamente, admitir ser oralizado seguindo a ideologia igualizadora estatal, entre desiguais, assumindo ou não a sua condição identitária, como deficientes auditivos e não como surdos;
- b) Uma criança surda filha de pais surdos: A transmissão cultural e linguística ocorrerá naturalmente, utilizando a língua de sinais como primeira língua e crescerá com sentimento de pertença a uma comunidade Surda;
- c) Uma criança ouvinte filha de pais surdos (CODA)<sup>18</sup>: Para os CODAS que são ouvintes, haverá uma dupla transmissão cultural e linguística, quedando a língua de sinais como primeira língua...

### 4.3 A luta contra o Ouvintismo e a cooperação com os tradutores/intérpretes

A importância da interpretação no fortalecimento da cultura surda deve ser destacada como um primeiro diferencial para a incorporação dessa, no âmbito de um mundo multidiverso e permeadamente marcado pela potencialidade de uma perspectiva interculturalista:

O interculturalismo pode ser uma alternativa de liberação deste esquema, deixando o centro do controle político-cultural a um nucleamento coletivo de cada Comunidade, sendo portanto a interculturalidade uma técnica metodológica advinda desta perspectiva de liberdade com respeito aos grilhões de um estatalismo agigantado e fagocitador de grupos culturais, muitas vezes linguicida (ROCHA, 2013, p. 139).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup>Children of Deaf Adult, ingl; no Brasil, a aceitação e o emprego do estrangeirismo CODA, dá-se pela permanência do sentido, referindo-se sempre, à criança ouvinte filha de pais surdos;

Assim, a construção de conhecimento através do mediador semiótico usado pela grande maioria ouvinte, no caso, usuária da linguagem oral-auditiva, resta comprometido em relação às pessoas surdas, no sentido de ocorrer uma séria defasagem para os surdos, dentro de um modelo ouvintista.

Tal fato dá-se pelo não compartilhamento por esses, da mesma língua dos ouvintes (cultura majoritária), no caso em pauta, os falantes da língua portuguesa, haja vista os Surdos utilizarem-se das línguas de sinais para comunicarse, mostrando-se também eminentemente mais visuais, cuja melhor correspondência encontraria eco no modelo bilinguista.

A aquisição da linguagem, ao mostrar-se um processo evolutivo no qual as crianças constroem hipóteses através de reorganizações discursivas, transfere certa responsabilidade à escola, indicando àqueles que atuam neste espaço, a necessidade de realizar ações favoráveis ao desenvolvimento da linguagem da criança de forma ampla, atuando efetivamente no ambiente escolar já que sua personalidade se desenvolve no fluxo das interlocuções entre alunos e professores, dentre outros atores sociais.

Ressalta-se a importância da presença de um mediador, nesse caso o intérprete, que processe a informação dada na língua fonte e faça escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente (QUADROS, 2007, p. 27).

Dessa forma impõe-se as seguintes questões teóricamente:

Quem é o intérprete de língua de sinais? – O profissional que domina a língua de sinais falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. Qual o papel do intérprete? - Confiabilidade, imparcialidade, discrição, distância profissional, fidelidade. Quando há carência de intérpretes de língua de sinais, a interação entre surdos e pessoas que desconhecem a língua de sinais fica prejudicada (QUADROS, 2007, pp. 27-28).

Na prática do vivido, os intérpretes normalmente fazem parte da comunidade surda e cooperam com o fortalecimento das línguas de sinais, pois além de

vetor/mediador o intérprete desempenha também a função de difusor da língua.

## 4.4 O reconhecimento profissional do tradutor intérprete de LIBRAS e o avanço da acessibilidade

A profissionalização do intérprete de LIBRAS deu-se concomitantemente ao momento em que os surdos conseguiram conquistar seus direitos enquanto comunidade linguística. Em função das políticas públicas para a acessibilidade é que o profissional intérprete começou a ser requisitado pelas diversas instituições, embora seu trabalho tenha começado a princípio, de forma voluntária.

É interessante observar que, enquanto a comunidade surda não constituiu um grupo com identidade sócio-cultural-politica, o intérprete de LIBRAS também não teve seu reconhecido enquanto profissional (QUADROS, 2007, p. 51).

Em abril de 2002, a Lei n. °0.436 implantou a LIBRAS como língua oficial do país, fazendo com que se tornasse obrigatório, pelo menos em tese, a partição de intérpretes para acessibilidade dos surdos.

Tal dispositivo legal, na prática presume que, no âmbito educacional, caso dos alunos Surdos, o contato com tal sistema de símbolos dependa da presença de usuários de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), língua de acesso à linguagem, sendo essencial, portanto nesse contexto, a presença de professores Surdos, bem como a presença do intérprete de LIBRAS para mediar as relações dialógicas entre os interlocutores de línguas diferentes.

Neste sentido, há necessidade de que a sociedade e principalmente a instituição escolar estejam atentas a esse desnível, no intuito de favorecer o desenvolvimento de uma comunicação mais eficiente entre Surdos e ouvintes, propiciando que tal mediação semiótica dê-se através das línguas de sinais.

Dessa maneira, uma vez em que Surdos e ouvintes necessitem ou desejem comunicar-se em sala de aula, a presença de intérprete favoreça tal

mediação em virtude das diversas situações limite que se apresentam à barreira da linguagem cotidianamente.

A criança ouvinte, desde muito cedo começa seu processo de aquisição da linguagem convivendo com a língua utilizada pela própria família, contribuindo com os pais para que a linguagem flua e possibilite atitudes discursivas favoráveis à aprendizagem e identificação de aspectos importantes da língua na qual ela está sendo imersa, e, da qual irá se apropriar ao longo de seu desenvolvimento, pois o domínio da linguagem torna-se fundamental para um satisfatório desenvolvimento e constituição dos sujeitos.

Dessa forma, a proposta de uma abordagem bilíngue para pessoas Surdas, deveria enfatizar a necessidade desses, adquirirem o mais cedo possível a própria língua de modo integral, ou seja, a Língua de Sinais, que é a língua natural dos Surdos ou primeira língua, e a língua portuguesa empregada pelos pais, como segunda língua.

A LIBRAS, por suas características visuais e gestuais, pode ser adquirida por pessoas surdas sem muita dificuldade e sem necessidade de programas de treinamento intensivo, haja vista que os próprios Surdos em contato com outros Surdos, usuários da mesma língua, costumam apreendê-la de modo amplo e eficaz.

A proposta de educação bilíngüe, nessa perspectiva, contemplaria o direito linguístico das pessoas Surdas no intuito de que elas pudessem ter acesso amplo aos conhecimentos sociais e culturais na língua de domínio, pela qual os aspectos metodológicos, sociais e curriculares inerentes à condição de surdez pudessem ser considerados enquanto uma proposta efetiva de ensino aos Surdos (SKLIAR, 1997).

Com respeito à educação bilíngue, na prática, não bastaria apenas a presença de alguém em sala de aula ou na escola que soubesse LIBRAS, sendo necessário também que essa língua fosse respeitada ao circular no espaço escolar, possibilitando, assim, a construção do conhecimento (LACERDA, 2009), havendo necessidade de que outros profissionais da escola tais como professores bilíngues,

psicólogos, orientadores, supervisores, também **soubessem** as línguas de sinais, para comunicar-se com os discentes Surd@s, independentes de intérpretes.

Ao convocar-se a presença de um intérprete da Língua de Sinais, é necessário que cada pessoa surda já conheça a língua de sinais. No entanto, para uma comunicação eficaz, não bastaria apenas conhecer os sinais ou saber repetilos, mas dever-se-á conhecer a cultura do ser surdo, a contextualidade, ter conhecimento do vocabulário dessa língua.

Haverá que se levar em conta também a complexidade que envolve a realização de tal tarefa, pois, essencialmente, traduzir idéias da língua oral para a língua gestual-visual e vice-versa trata-se de uma relação pela qual os intérpretes incorporariam uma relação vetorial, como uma ponte entre dois mundos diferentes: o mundo visual da pessoa surda e o mundo oral de ouvintes.

Para isso o MEC começou a formar professores intérpretes que atuam tanto dando aula na parte pedagógica quanto interpretando em sala de aula ou para a Instituição. Existe um agravante atualmente, com os intérpretes simultâneos: o processo de perda de informações tem se tornado constante, não só por ultrapassar o tempo máximo para evitar perdas de referenciais cognitivos, interpretando, mas também porque boa parte dos tradutores/intérpretes não estão ainda qualificados de modo suficiente para traduzir determinados conteúdos.

Estando alguns tradutores/intérpretes fora da área de conhecimento mínimo, não se pode conseguir fazer escolhas adequadas de terminologia para fazer a tradução e a interpretação simultâneas. Omissão de informações, dadas na língua fonte, é o mais importante requisito negativo a combater. Além disso, destaquem-se acréscimos de informações inexistentes da língua fonte; distorções semânticas e pragmáticas em menor ou maior grau do conteúdo veiculado na língua fonte; algumas escolhas lexicais inapropriadas, etc (QUADROS, 2007, p. 70).

Tais diferenças precisariam ser consideradas na formação dos intérpretes de língua de sinais. Constatou-se que o domínio das línguas não garante a qualidade da interpretação, uma vez que os intérpretes selecionados são fluentes

em ambas as línguas. Mais do que nunca, pensar no intérprete de língua de sinais em sala de aula, para intermediar a aprendizagem, é uma responsabilidade enorme e exige qualificação específica na área da interpretação e nas áreas de conhecimento envolvidas (QUADROS, 2007, p. 72).

O intérprete tem que possuir competência lingüística, competência de transferência, competência metodológica, competência na área, competência bicultural, competência técnica, etc. etc. Em suma, o intérprete tem que ser versado em um multifuncionamento, e capacitado para todas as facetas, neste primeiro momento; tanto deve exercer mais contato com a comunidade como deve saber pesquisar as traduções adequadas para a sua vivência funcional.

Conforme Ronice Quadros (2007), muitos surdos possuem os seus intérpretes particulares (preferidos) por não confiarem em qualquer um para intermediar o seu fluxo comunicativo. Desconhecer a trajetória do intérprete que lhes é oferecido prejudica a própria interação entre as culturas, já de per si ocupadas em dissolver a mútua desconfiança. Afinal a tradução, qualquer tradução, nem sempre é condizente com o que eles falam, por isso demoram a adquirir confiança em uma determinada pessoa.

### SEÇÃO 5- CULTURA, TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

A tradição dos Estudos relacionados à Cultura (mais do que a tradição dos chamados Estudos Culturais) admite uma grande quantidade de teorias e autores de muitas disciplinas, tornando-se um verdadeiro cadinho de matérias, algumas vezes desconexas ou ainda apenas desconectadas, relativamente às metas desejadas pelos teóricos humanistas. Assim, a nossa preocupação, nesta Seção, é com o caminho que leva do gênero Cultura à espécie Cultura Surda e os seus interesses centrais, sendo um deles, na nossa opinião o principal o ideal de tradução/interpretação que torna funcional a intercompreensão entre as culturas ouvintes e os Surdos, o que, no caso do Brasil, favorece uma tomada de postura abrangente relativamente à sua admissão como Unidade, naquela concepção típica da Revolução Francesa: Unidade, Igualdade (para preservar a Unidade), Liberdade (para preservar o individualismo) e a Fraternidade (perna do triângulo ainda inconclusa no processo da Modernidade).

### 5.1 Aspectos culturais da tradução de uma língua gesto-espaço-visual

As línguas de sinais não possuem caráter universal, pelo contrário, nem mesmo em nível nacional há uma padronização, ocorrendo comumente alguns regionalismos dessa língua, do mesmo modo como tais regionalismos afetam o sotaque da língua portuguesa falada no Brasil. Em nosso país, a língua oficial de sinais é a LIBRAS (língua brasileira de sinais) sendo a segunda língua reconhecida oficialmente através de legislação. Tal reconhecimento deu-se em 2002 através da Lei n.º 10.436.19

A LIBRAS também não é uma unidade convencionada, pois assim como o português tem suas gírias e regionalismos, a LIBRAS também segue esse conceito, tem suas peculiaridades de sinais em cada cidade, grupo, gênero, idade.

A morfologia e sintaxe da LIBRAS são constituídas no espaço, são as chamadas marcações não manuais, quando se refere a pessoas que não estão

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/2002/110436.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/2002/110436.htm</a>. Disponível em 06/10/2016.

presente aponta-se para os lados e quando a pessoas presentes aponta-se na direção delas (Quadros, 2007, p. 25).

O ponto de articulação, configuração de mão e movimento são os três pontos principais para a articulação de um sinal. O intérprete processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente (QUADROS, 2007, p. 27).

A criação do Curso de Letras LIBRAS vem mudando essa realidade, na qual inicialmente, esse curso foi ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina (USFC), no formato de graduação a distância e, hoje, esse mesmo curso passou a ser oferecido também na modalidade presencial em várias Universidades.

Todas as faculdades e universidades do Brasil, já oferecem a disciplina de LIBRAS nos cursos de licenciatura, em comprimento ao Decreto n.º 5.626/2005, e no Brasil estamos vendo assomar vários concursos para professores de LIBRAS, inclusive a partir de 2014, a nossa Universidade Federal de Rondônia contava com onze professores efetivos de LIBRAS, e hoje já conta com dezessseis professores, sendo três surdos, além de ter, nos seus cursos de graduação, acadêmicos surdos. Essa mudança é fruto do incentivo oriundo das políticas públicas voltadas para o público "deficiente", mesmo com o uso de "cotas", todas parte da terminologia estratégica mantida para proteger o crescimento da proteção ao setor por intermédio de políticas públicas.

O Decreto n.º 5.626 de dezembro de 2005<sup>20</sup>, ao regulamentar a lei anterior e determinar providências, trata do direito dos Surdos no acesso à informação em LIBRAS, à educação bilíngue, da formação de professores de LIBRAS e de intérpretes, revestindo de importância sua execução, no sentido de compreender-se o previsto para adequar escolas, empresas, órgãos públicos e outras instituições no atendimento às pessoas surdas.

Assim, a perspectiva educacional inclusiva, ao permanecer aberta, indicaria que tal educação bilíngue deveria funcionar também nos espaços de ensino superior, promovendo dessa maneira, uma maior interação entre Surdos e ouvintes com a aceitação e obrigatoriedade da presença do intérprete em salas para mediar esse processo.

No oralismo o surdo aprende a repetir a palavra e não a compreender de fato a língua. Assim, o bilinguismo parece o melhor caminho a ser escolhido porque é o desenvolvimento da língua natural como base L1 para alcançar o aprimoramento da L2. Por que impor ao sujeito surdo a língua da comunidade ouvinte? Por outro lado, não acho que deva ser negada ao surdo a possibilidade de acesso a língua dos ouvintes. Acredito que os sujeitos, sejam eles surdos ou ouvintes, deveriam ter acesso ao maior número se línguas possíveis, principalmente quando estamos inseridos num mundo globalizado como o nosso. (SILVA, 2008, p. 37.)

É necessário que os professores se dispam de preconceitos a respeito de dialetos (sociais/regionais) e que não tentem corrigir as manifestações gramaticais e sociológicas que possivelmente venham a se afastar do padrão. Devem se concentrar no ensino da leitura em si mesmo, conforme explica Silva (2008, p. 47)

A escola deve trabalhar no sentido de promover a aquisição do domínio da norma culta, não para que ela substitua a variedade linguista do aluno, mas para que se acrescente a está uma possibilidade a mais no caminho da comunicação. Uma produção escrita não pode e não deve ser analisada como "boa" ou "má", mas sim como relevante, na medida em que essa construção se realizou.

Sobre o bilinguismo, os estudos e as pesquisas de peso na área têm apontado para essa proposta como a mais adequada para o ensino da criança surda, tendo em vista que se considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita (SILVA, 2008, p. 50).

A reflexão sobre a formação do cidadão surdo, crítico e atuante na sociedade caminha junto com a preocupação com o significado de

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm</a>. Disponível em 08/11/2016.

sua identidade, com o processo de sua alfabetização e com a aplicação do seu conhecimento de mundo. (SILVA, p. 56.)

### 5.2 Tradução Cultural e Tradução Político-cultural

A Tradução Cultural inscreve-se no espaço que privilegia a recepção, na qual a preocupação do tradutor e intérprete será a de colocar-se como canal de travessia da Língua fonte para Língua-alvo, de modo que o receptor da mensagem tenha a sensação de que o *corpus* traduzido seja original da sua cultura, pois, através das operações linguísticas os sentidos corroboram para dialogar com perspectivas socioculturais da cultura alvo.

Para Terry Eagleton, é clara a postura em favor dessa ideia de culturalização do mundo surdo (2012, p. 54):

No nosso tempo, o conflito entre acepções mais amplas e mais restritas de cultura assumiu uma forma particularmente paradoxal. O que aconteceu foi que uma noção local e bastante limitada, de cultura começou a proliferar universalmente. Como Geoffrey Hartman assinala na obra *The Fateful Question of Culture*, agora temos «a cultura da fotografia, a cultura das armas, a cultura dos serviços, a cultura de museu, a cultura dos surdos, a cultura do futebol... a cultura da dependência, a cultura da dor, a cultura da amnésia, etc.».

A tradução e a interpretação são operadas privilegiando a cultura receptora, no sentido de ressaltar as lutas contra as práticas de domínio, a força de um povo (surdos brasileiros) que é linguisticamente como estrangeiro em seu próprio país e enquanto partícipe de uma Comunidade Surda se reporta à sua luta, às suas conquistas, através de sua primeira Língua (L1) de sua língua de conforto, de expressão maior de seu mundo.

A atuação do tradutor ouvinte ou surdo que, através da sua interpretação apreende o sentido e transpõem para sua língua esse sentido, deixa evidente o território cultural da comunidade Surda, para ser um mediador, um elo, uma ponte entre mundos, mundo oral auditivo e mundo visual.

Algumas narrativas em português muitas vezes são transplantadas para LIBRAS com apoio de intérpretes ouvintes e traduzidas por pessoa surda, deixando ainda marcas do discurso do colonizador em L2. Outras narrativas foram criadas pelos próprios surdos através de textos espaço—gesto—visuais em LIBRAS.

Num contexto mais amplo, essa língua espaço—gesto—visual, reconhecida muito recentemente pela legislação com o status de língua, de certa forma empoderou a comunidade surda envolvida, através de uma narrativa que resgata o apagamento dos sujeitos surdos durante séculos como uma camada da História não contada e, até mesmo desconhecida.

O surgimento das línguas de sinais dentro de suas especificidades, e, a partir de sua disseminação através das traduções e interpretações e de seu reconhecimento dentro da questão identitária, ensejam a afirmação de uma cultura cuja modalidade dá-se no campo espaço—gesto—visuais em relação à cultura ouvinte dominante, de modalidade oral auditiva.

Portanto, a relação entre língua e cultura na perspectiva surda fortalece o sentimento de afirmação identitária, funcionando como elemento aglutinante de uma comunidade que se reconhece enquanto minoria linguística em contato intercultural com a cultura ouvinte dominante.

O resgate histórico a partir dessas iniciativas, reveste-se de uma perspectiva etnográfica singular, com o re-conhecimento duplo dos surdos à suas comunidades de pertença, sua língua própria, a LIBRAS, e, ao mesmo tempo, enquanto parte da comunidade linguística nacional cuja maioria é ouvinte e tem o português como primeira língua.

O papel das novas tecnologias de comunicação e informação na mediação desse processo é fundamental para entender seu funcionamento, com a utilização da comunicação telemática entre as diversas comunidades surdas, primeiramente através da telefonia celular a partir da década de 1990, o que, nos anos seguintes, aumentou exponencialmente o fluxo das trocas simbólicas.

Na última década, tal fluxo foi acelerado através das redes sociais, tais como: o MSN, Orkut, Twitter, Facebook, Instagram, Snapchat, dentre outras, permanecendo o canal Youtube atualmente, como o maior repositório de vídeos em línguas de sinais entre surdos não só do Brasil, mas também do mundo inteiro, aumentando o intercâmbio linguístico nacional e internacional com a utilização de uma linguagem duplamente visual (vídeos/línguas de sinais).

A rede social, inclusive, foi utilizada como canal de comunicação para fomentar o recente Movimento Surdo Nacional no ano de 2011, a partir de um vídeo postado e replicado naquela plataforma web, o qual explicitava os fatos que ocorriam no âmbito da educação especial naquele período, mobilizando em menos de dois meses, cerca de 3.000 surdos de todos os estados do país, que, reunidos em Brasília, pressionaram o Ministério da Cultura quanto à proposta da educação bilíngue enquanto política pública.

Por essa época, pode se dizer que houve o despertar de uma consciência histórica ampliada da comunidade surda nacional em geral, quanto às especificidades de sua cultura e direitos socialmente adquiridos, pipocando aqui e ali pelo país, movimentos e lutas locais em favor da educação bilíngue.

No âmbito acadêmico, tal luta cultural e identitária precedeu os movimentos sociais, com a atuação da FENEIS em cooperação com as associações de surdos regionais/locais, bem como pela contribuição intelectual de surdos como Gladis Perlin, Shirley Vilhalva, Karen Strobel, na produção de dissertações, teses, artigos e livros, verificando-se nos últimos anos um viés antropológico a partir dos estudos culturais, numa perspectiva histórica etnográfica em língua portuguesa. Emprestando sua instrumentalidade às narrativas linguísticas gesto-visuais do povo surdo, equiparando-as enquanto produtoras de dialogicidade passível da produção de conhecimento.

Nesse sentido, há que considerar que a história para o povo surdo é transmitida entre seus pares numa língua própria, com modalidade espaço-gestovisual, e, como registro histórico, tem sua validade enquanto certa "oralidade" a ser devidamente legitimada junto à comunidade acadêmica, e essa, ao referendar tal

instrumentalidade, estaria cumprindo a função social da universidade junto à sociedade.

Assim, a narrativa sinalizada, ao emergir como instrumento ou categoria de construção dos sujeitos que se apropriam da própria história através de sua primeira língua, a LIBRAS, inscreve-se no campo dos Estudos Culturais enquanto perspectiva singular mediada não só pela imagem, ou, simples história visual (fotografia/video), indo muito além dessas, ampliando o horizonte historiográfico com uma instrumentalidade analítica espaço—gesto—visuais, reivindicando junto à ciência sua peculiaridade e validade enquanto instância válida de historicidade.

### 5.3 Uma Tradução Cultural em LIBRAS

Vídeo-poema de Alexandre Filordi, interpretado pelo professor Mestre Surdo Rimar Ramalho Segala, e traduzido por ele, juntamente com outros intérpretes/tradutores: Vanessa Martins e Vinícius Nascimento, professores ouvintes, ambos com doutorado, e apresentado no I Colóquio Língua, Discurso e Poder na UESCar em novembro de 2015:

### **DEFICIÊNCIA**

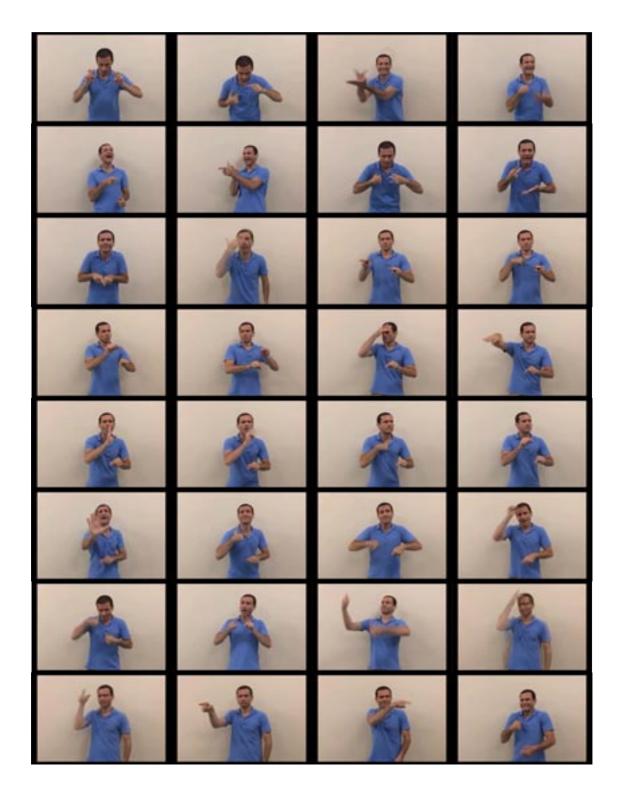
Conto o infinito de trás para frente e me perco no meio Calo-me e envergonho-me do que pretendia como eficiência. Juro amor ao outro e vou traindo o meu amor próprio Sorrio do ser que tropeça e sigo cacófato de mim mesmo Assusto-me com a mudez mas não aprendo a calar-me para ouvir Grito ao surdo para convencê-lo e não ouço a minha própria voz

Questiono a compreensão alheia e não decifro meu destino Convoco a razão para justificar-me mas o meu desejo é loucura Acho que as escadas são as patas da cidade e esqueço que terei artrose, e envelhecerei Impaciento-me com a lentidão alheia e me demoro a decidir Tento continuar o texto e a palavra foge E fugindo assim já não defino mais nada

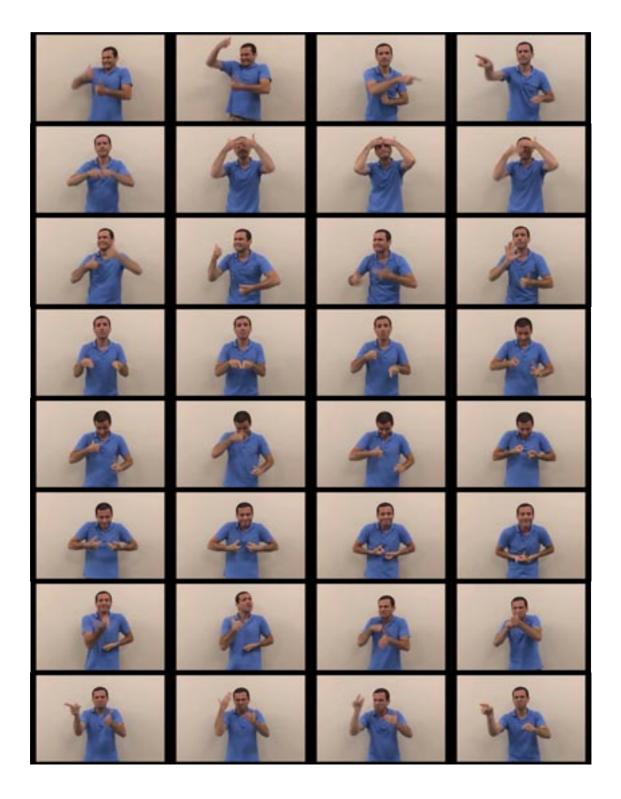
# Poesia: Alexandre Filordi Tradutor: Rimar R. Segala Equipe de Tradução: Rimar R. Segala Vanessa Martins Vinicius Nascimento



Tema/ texto FALTA/ sinal dele Alexandre Firord/ muito tempo atrás venho... Chegar agora nesse momento presente/ desejo, sonho em me mostrar/ tento/ fracasso/ me preocupo em perceber em olhar os outros/ vejo meu fracasso/ vejo meu erro/ tento olhar para os outros/ volto a olhar a pra mim mesmo



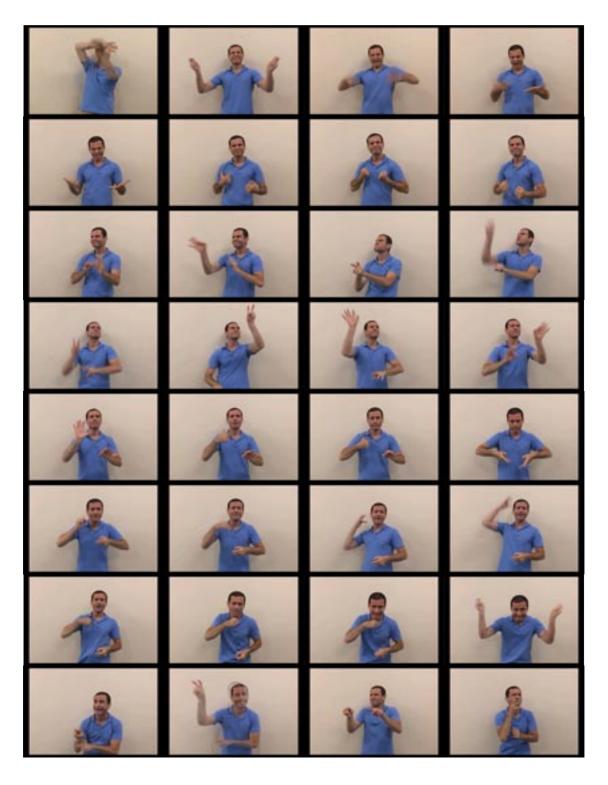
Olho pra mim mesmo e não me sinto/ os outros erram e eu gozo/ e o que? / o que?/ eu também erro! também sou falho/ vejo a pessoa/ sou a pessoa/ vejo a mim mesmo/ vejo que também sou falho/ o que é que está faltando?/ olho para as pessoas e não escuto/ eu???



Explico/ explicações/ razões/ também preciso aprender/preciso explicar/ tento me explica/ olho para os outros e tento de novo explicar o outro e me explicar/ me expressar/ busco mostrar que de alguma forma somos iguais/ eu também erro/ também pesquiso/ erramos/ e sabemos que somos pequenos/ vocês



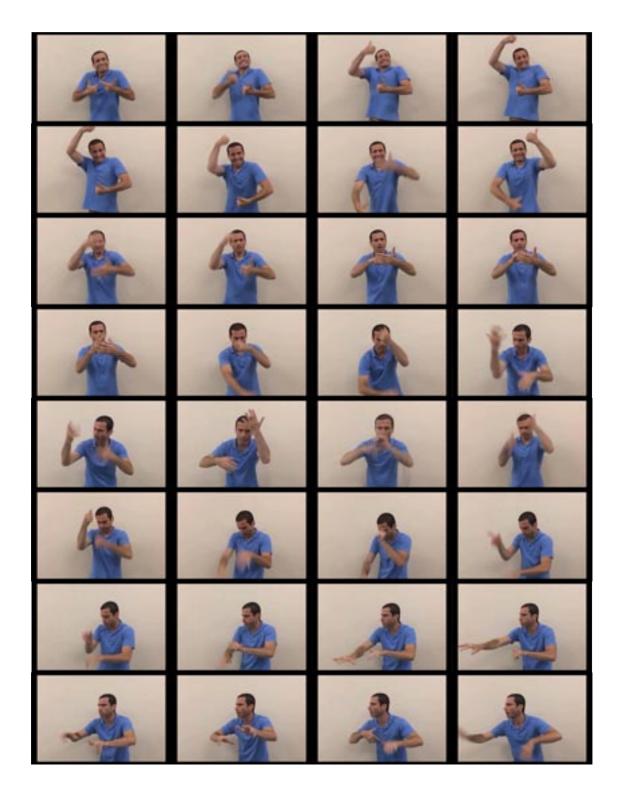
Vejo que as pessoas são assim/ como eu! Imperfeitas/ procuramos razões/ estamos fechados/ olho e vejo que estão errados são errados/ quem somos nós? /de verdade/ vamos e voltamos/ confusos/ girando passamos/ o tempo passa



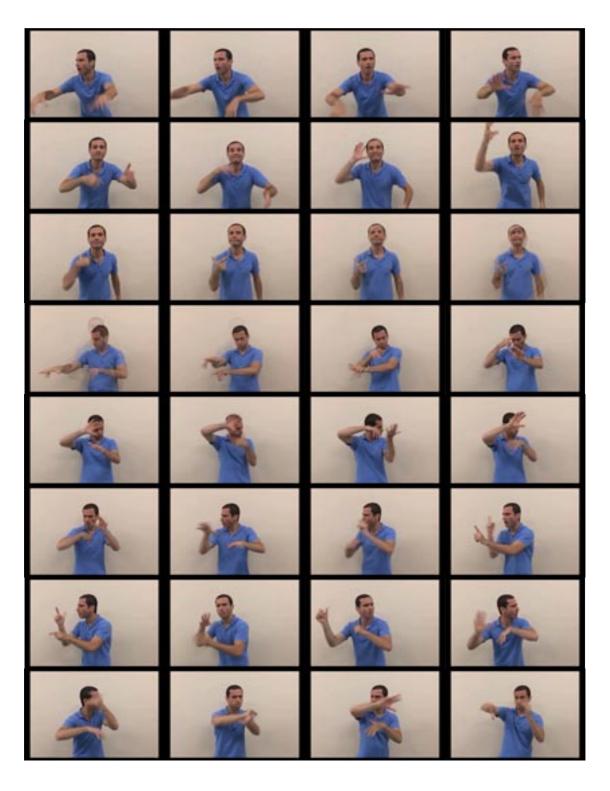
Confusos passam/ é possível/ buscamos razões e explicações/nos perdemos em razões de verdade precisamos voltar à nos mesmos/ eu nasci/ estou aqui/ vou e volto/ e o tempo passando/ eu envelheço/ mais posso é possível/ ver o futuro/ sentir e observar



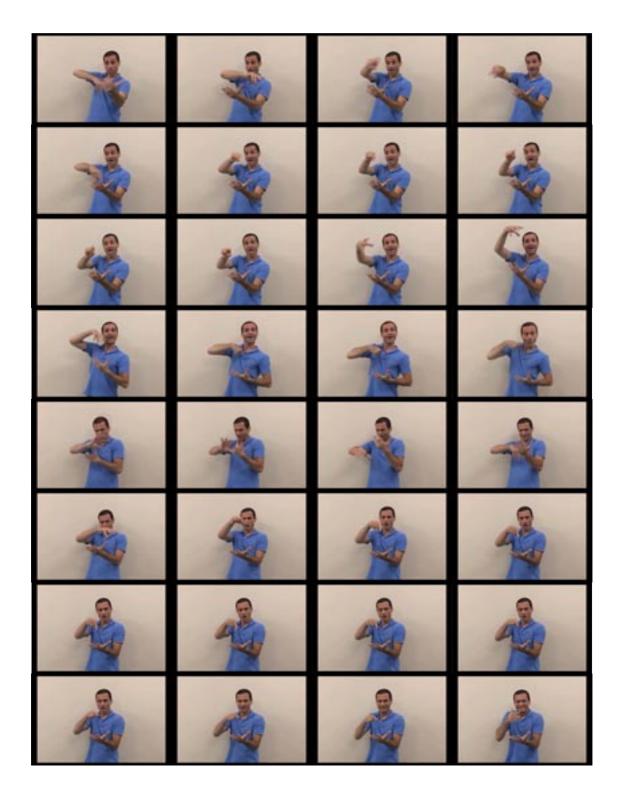
Passando/ caminhando/ observo/ tento/ não tem jeito/ afasto-me/ mais/ eu na infinitude/ percebo/ e me volto a mim mesmo/ lentamente vou passando/ quase desistindo/ quase desistindo/ passando/ com força luto



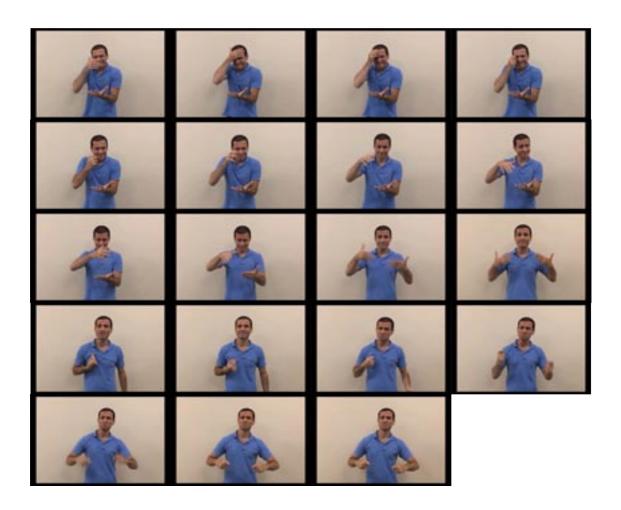
Retorno explicar/ explicações/ me canso de explicar/ tento entender o texto/ a confusão/ explico e vou desistindo/ vejo pessoas/ diferenças/ diferentes/ eu sou diferente?/ conflitos, os tormentos/ posso eu sou capaz/ organizar/ crescer



Nessa confusão/ tormentas/ eu percebo/ resolvo/ que eu não tenho diferença/ que há diferenças em todo lugar/ penso/ resolvo/ e o mundo passando/ o tempo passando/ encontro/ perco de novo/ tudo vai passando/ mudando vou caminhar/ de novo eu percebo que não me falta/ vem a velhice e vou me cansar/ vem o tempo/ tempo passa lento



Girando e mudando/ eu me percebo/ me sinto/ mundo em mim/ o tempo passando/ e aqui estou eu/ aqui/nossa, mais não tenho



Angústias/ perceber/ me falta muita coisa/ vem às explicações sobre as coisas/ são alheias a mim/ eu não consigo resolver/ são varias coisas/ tudo ta passando/ mundo está passando/ eu estou passando/ mas eu estou aqui/ estou presente/ posso

Nessa performance, o intérprete, ao vislumbrar o poema na cotidianidade dos laços sociais, dilata o campo da própria teoria da tradução juntamente com sua interpretação, ocorrendo portanto, uma mudança nos sentidos e limites das condições de produção do que se tem enquanto texto e tradução. A tradução da alteridade não pode ser efetivada em sua radicalidade, posto que essa, seja estampada na tradução do outro como uma projeção de si mesmo: reflexo narcísico.

Para além das micro-esferas dessa relação, a tradução enquanto teia de sentidos, se estabelece tecendo um campo inconsciente que passa a ser elaborado nas fronteiras de uma experiência coletiva em suas marcas inerentes, e ao mesmo tempo singular.

A subjetividade do intérprete realiza-se portanto, no cruzamento dessas

relações entre duas línguas e culturas, posto que esses cruzamentos acabem por apontar caminhos pontuados pelas relações de enfrentamento com a própria noção de sujeito. Tal sujeito do inconsciente, ao potencializar essa experiência em si, passa a ser afetado por aquilo que o atravessa. O intérprete, ao ser afetado dessa forma pelo sujeito surdo na tentativa de construir o conhecimento, muitas vezes é tomado de perplexidade diante dos impasses que se colocam no processo de desconstrução de si, percorrendo uma zona fronteiriça.

Assim, torna-se necessário que o intérprete analise a trama a ser desenvolvida, apropriando-se e recriando certa lógica discursiva visual encetando um processo de trânsito de linguagens as quais propiciarão a arte da aproximação cultural ao se cruzarem com textos de diferentes naturezas.

Essa oscilação entre as estruturas linguísticas exigem atitudes cognitivas e corporais radicalmente diferentes, aumentando a dose de tensão para o sujeito em exercício de interpretação. Portanto, um piscar de olhos pode fazer com que o texto se perca, e a consciência disso, exige que uma concentração específica seja o elemento central nesse processo, e o olhar vigilante, o vetor de resistência ao que insiste em se subtrair, apagar, esquecer.

Como Masutti (2007) relata em sua tese, há um atravessamento no ser que tem uma língua invadindo o ouvido, enquanto experiência distinta da língua que entra pelos olhos. Assim, podemos dizer que toda língua é afetada pelos efeitos do deslizamento de significantes que se cruzam permanentemente, estabelecendo nesse processo, a evocação de uma palavra pela outra, infinitamente.

## 5.4 A Tradução/Interpretação da Língua de Sinais no Brasil e o confronto entre uma LIBRAS autônoma e uma LIBRAS suportada pela Língua Portuguesa

A questão interpretativa das Línguas de Sinais no Brasil, a princípio, deriva do contexto religioso a partir da década de 1980 (QUADROS, 2007, pp. 14-15), tendo alcançado certo grau de complexidade na atualidade, dado à existência não apenas de uma língua oficial, mas também da descoberta de outras línguas

indígenas de sinais peculiares a cada povo, tais como as línguas de sinais indígenas Urubu-Kaapor<sup>21</sup> e SKA (GIROLETTI, 2008), dentre outras.

Em que pese a prática interpretativa/tradutora ter começado como espaço de voluntariado em seus primórdios educacionais no Brasil, atualmente, devido à demanda das políticas públicas implementadas pelo governo federal nas últimas décadas, e, ao empoderamento da comunidade surda em sua constituição identitária, há uma tendência em avanço na profissionalização da função de intérprete/tradutor, principalmente no que tange à atuação nos espaços escolares e de mercado.

O conceito de "Inclusão Social", nessa perspectiva, abrange um processo pelo qual a sociedade nacional se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade Sassaki *apud* Mota (2007), nem sempre com sucesso, diga-se de passagem.

Dessa forma, se reconhecemos a língua de sinais com marca privilegiada de cultura e de identidade de um povo (o povo surdo), precisamos reconhecer ainda os paradigmas da interculturalidade, para além da discussão política da inclusão, até porque esta possui forte presença de um pensamento positivista e neoliberal.

É notório, infelizmente, que a inserção de surdos no mercado de trabalho, em boa parte, refere-se ao cumprimento da "lei de cotas" a Lei n.º 8.213/91, Art. 93, determina que: "A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência"(SANTIAGO e ANDRADE, 2013, p. 153).

Neste sentido, ainda no que se refere à Lei de Cotas, percebe-se que os surdos se esforçam para realmente participarem da lógica do mercado de trabalho, no entanto, a diferença linguística ainda é uma barreira a ser superada, pois, ao contrário da tendência ocasionada por novos parâmetros de políticas públicas

-

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaapor/653

inclusivas que se tenta instaurar no intuito de que a iniciativa privada arque com certa responsabilidade social, em muitos casos não há nas empresas qualquer funcionário que saiba LIBRAS, pelo contrário, há empresas que, embora possuam funcionários surdos, não oferecem comumente o serviço de interpretação em LIBRAS nas ocasiões onde são transmitidas informações importantes para o seu trabalho: integração, treinamentos, reuniões, etc.

De outra forma, no ambiente acadêmico parece haver uma situação de conforto linguístico aonde a comunidade surda vem conquistando espaço na universidade, devido às ações inclusivas promovidas pelas políticas públicas reivindicadas através dos movimentos sociais.

Em face dessa situação, e, tendo em vista uma visão gerencial antenada com uma sociedade moderna, bem como das políticas públicas inclusivas, as empresas deveriam se adaptar e criar um ambiente linguístico favorável às interações no ambiente organizacional, seja com a divulgação e ensino da língua de sinais na empresa, em programas sociais e culturais, ou pela contratação de serviços de interpretação para LIBRAS em reuniões, treinamento, e/ou novos projetos.

Assim, ao considerar o ambiente da interpretação da Língua de Sinais no Brasil, convém salientar que, uma proposta educacional bilíngue autônoma, contemplaria em tese, o direito linguístico da pessoa surda, permitindo a ela adquirir conhecimentos sociais e culturais em uma língua na qual tenha domínio, respeitando também os aspectos culturais, sociais, metodológicos e curriculares intrínsecos à condição de surdez (SKLIAR,1997).

No entanto, não há uma proposta de educação bilíngue para surdos que possa ser transplantada de um lugar para o outro, ou, de um contexto para outro. O que existe são processos históricos e culturais que conduzem às diferentes formas de se fazer a educação bilíngue, em cada realidade (SANTIAGO e ANDRADE, 2013, pp. 151-152).

O desafio da educação de surdos, já no ensino superior, é, principalmente, promover a formação das pessoas respeitando a diferença

linguística e, primordialmente, a condição social imposta pela diferença, reconhecendo o seu lugar de minoria linguística, proporcionando condições a uma formação de qualidade, reconhecimento da educação intercultural, diferente, autônoma e bilíngue. Contudo, havemos que ressaltar a necessidade concomitante de ampliar a formação no que tange ao conhecimento circunstancial dos episódios culturais, históricos e literários basicamente, para complementar uma educação que não deixe a dever em conhecimento de mundo, relativamente ao mundo da cultura ouvinte.

Neste sentido, há que se discutir também a urgência na formação de profissionais Intérpretes de LIBRAS, que tenham condições de atender às especificidades linguísticas destes estudantes, nesse nível de ensino, bem como a formação de professores por áreas de estudo. Na verdade, não basta a existência de uma política linguística se não forem dadas condições fundamentais para colocála em prática. Assim, o sistema educacional precisa se organizar para atendê-la (SANTIAGO e ANDRADE, 2013, p. 152).

A comunidade surda, portanto, encontra-se em desvantagem no que diz respeito a expectativa da maioria ouvinte, haja vista que essa língua espaço-gestual-visual não possua uma escrita padronizada e acessível, fator simbólico que a desprestigia na sociedade atual, marcada pelo grafocentrismo e pela concepção de surdez como uma anormalidade ou patologia (SANTIAGO e ANDRADE, 2013, p. 155).

No caso específico relacionado à educação de surdos, ainda há que se tomar cuidado com o uso da escrita no sentido de não atribuir a ela valor excessivo no que tange a comunicação e interação, de modo a acompanhar as tendências do mundo ocidental, fazendo com que se transfira o foco do oralíssimo para o grafo centrismo, agravando o problema.

Pesquisadores da área de Linguística têm procurado enfatizar o emprego da LIBRAS de forma autônoma, ou seja, não como uma língua derivada da língua majoritária do colonizador (português sinalizado) mas por uma língua descolonizada, haja vista que a LIBRAS possua gramática, vocabulário e estrutura própria, tal como

qualquer outra língua, e não necessita ser suportada por uma língua oficial, mas aceita integralmente em suas peculiaridades e diferenças modais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diversas considerações (nem diríamos finais, uma vez que a luta é um processo em construção) devem ser realizadas ao que se entende hoje por Cultura Surda, porque são um *etno* destacado da Sociedade que os envolvem, dada a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), acima de tudo. Ao ganhar limites, nas palavras de Terry Eagleton, por "partilhar hábitos de linguagem, folclore, formas de agir, quadros valorativos, uma auto-imagem coletiva", temos de fixar diferenciações bem tranquilas, relativamente às demais entidades não culturais, que se aproximam mas se afastam, nestes princípios culturalistas que destacam o *logos*.

Surdos são uma Cultura, outros grupamentos nem sempre, ainda que tenham características próximas. Assim, os cegos, os *okupas*, os cadeirantes, os chamados (pelo Código Civil) "loucos de toda ordem", que desejem ou que sejam levados a se diferenciar, não podem compor o mesmo quadro referencial unívoco (embora nem sempre uniforme) que reúne os indígenas e os surdos.

Por isso, outros dados que esclareçam os contornos mais definidos da Cultura Surda podem permitir ampliar a sua denominação para "povo surdo", por exemplo, "comunidade surda", e mesmo, teoricamente (ou literariamente) "sociedade surda", caso houvesse pleito de obtenção de uma *polis* ou de uma *geo* específica para cumprir esse objetivo de instituir uma nacionalidade surda, o que na prática, não é imprescindível.

Partindo-se da idéia de que existe uma transmissão intergeneracional (não necessariamente por genes ou por adoção), construindo unidade histórica da coletividade de pessoas surdas, essas, conseguem em suas relações dialógicas, e, através dos movimentos sociais em favor do reconhecimento de sua língua natural, uma maior afirmação de suas diferenças diante de uma sociedade oral de Língua Portuguesa.

Uma vez que aceitamos debater conceitos diversos de tradução e de interpretação, estabelecendo uma leitura sobre o que seja a teoria e a prática da tradução cultural, admitimos a passagem de códigos escritos a códigos orais, para

termos uma língua de modalidade gestual-espacial-visual, implicando em peculiaridades inerentes à cultura surda no processo de tradução e de interpretação.

Com o reconhecimento profissional do tradutor e intérprete de LIBRAS, e com o avanço das políticas públicas de acessibilidade, possibilita-se à narrativa visual dos processos de tradução cultural, um resgate histórico dentro de uma perspectiva cultural surda.

Assim, nosso objetivo foi visualizar modos de perceber a LIBRAS por intermédio da chamada "tradução cultural". Para alcançar este propósito, realizamos uma leitura sobre o que seja a Tradução e a Interpretação nas línguas orais e a sua relação com a língua de sinais, para termos a leitura (e a tradução cultural) de uma poética totalmente referenciada, mas diferenciada para Surdos, nos moldes de Hermann Hesse, que pregava uma vida distante da Sociedade dita "normal", uma vivência "só para loucos".

Daí, destaca-se a visão de uma língua de sinais como instrumento de luta, de revolta, de rebeldia com o mundo ouvinte, contra o mundo Ouvintista, a favor de uma diferença que encanta aos seus usuários e surpreende (ou assusta) a quem não faz parte desse mundo, o qual faz da resistência cultural uma plataforma política ou diríamos, para ser mais abrangentes, uma plataforma político-culturalista.

Cabe a nós, Ouvintes, compreender o processo de Tradução e de Interpretação nas línguas orais para a Cultura Surda, e, com isso, observarmos as diferenças entre Tradução e Interpretação entre as línguas orais e as línguas de sinais, as quais tornam evidente a importância da LIBRAS e das Línguas de Sinais para a Cultura Surda como instrumento de participação na vida brasileira como um todo, reunindo-se como pessoas, nos mesmos espaços, com os seus iguais (mas diferentes) falantes de outra língua.

Por intermédio de uma perspectiva culturalista, que percorre certo trajeto da arquitetura política atual, percebemos a importância crescente das comunidades surdas no Brasil e no mundo, certas de que somente pelo posicionamento engajado dos próprios atores sociais surdos, bem como, das novas gerações de tradutores e

intérpretes que fazem a ponte entre as comunidades surdas e a Sociedade ouvinte, é que se conseguirá gerar maior consolidação das suas posições de força.

Por meio destas tramas e deste enredo, a contribuição dos movimentos surdos locais e nacional, vemos instituindo-se o "povo surdo" enquanto espaço dialógico, por pensar a luta por uma LIBRAS autônoma como primeira língua, enfrentando as tensões provocadas por outras abordagens, seja quanto à Língua Portuguesa ou quanto às possibilidades educacionais (Vygotsky), afirmando-se como primeira língua para a comunidade surda, ou lutando para que se constitua de fato como segunda língua para a maioria dos brasileiros, surdos ou não.

A Tradução Cultural inscreve-se no espaço que privilegia a recepção, onde a preocupação do tradutor e intérprete será a de colocar-se como canal de travessia da Língua fonte para Língua alvo, de modo que o receptor da mensagem tenha a sensação de que o *corpus* traduzido seja original da sua cultura, pois através das operações linguísticas os sentidos corroboram para dialogar com perspectivas socioculturais da cultura alvo.

A tradução e a interpretação, no caso, são operadas de modo a privilegiar a cultura receptora, no sentido de ressaltar as lutas contra as práticas de domínio, fazendo sobressair a força de um povo (surdos brasileiros) que sente-se linguisticamente estrangeiros em seu próprio país, e que, como Comunidade Surda se reporta à sua luta, às suas conquistas, através de sua primeira Língua (L1), sua língua de conforto, expressão maior de seu mundo.

A atuação do tradutor ouvinte que, através da interpretação apreende um sentido transpondo para outra língua esse sentido, evidencia o território cultural da comunidade Surda, no qual, um mediador, um elo, necessita ser também uma ponte entre esses dois mundos distintos: um mundo oral auditivo e outro mundo visual.

Num contexto mais amplo, a LIBRAS ao ser reconhecida pela legislação nacional com o status de língua, empoderou as comunidades surdas, incluídas que estavam em outras minorias (negros, indígenas, deficientes, dentre outras) cujo apagamento dos sujeitos surdos durante séculos, surge na atualidade como uma

camada da História não contada, e até mesmo desconhecida, face aos reconhecimentos linguísticos e legais conquistados pelos movimentos sociais, tornando-se parte legítima da luta identitária do povo surdo.

Portanto, a relação entre língua e cultura numa perspectiva surda, fortalece o sentimento de afirmação identitária, funcionando como elemento aglutinante de uma comunidade que se reconhece enquanto minoria lingüística em contato intercultural com a cultura ouvinte dominante.

O resgate histórico a partir dessas iniciativas, reveste-se de uma perspectiva etnográfica singular, com o re-conhecimento duplo dos surdos nacionais à suas comunidades de pertença, sua língua própria, a LIBRAS, e, ao mesmo tempo, enquanto parte da comunidade linguística nacional cuja maioria é ouvinte e tem o português como primeira língua.

Nesse contexto, o papel da telefonia celular a partir da década de 90, é fundamental por exemplo, para entendermos a importância das novas tecnologias de comunicação e informação na mediação telemática entre as diversas comunidades surdas, que aumentaria exponencialmente nos anos seguintes, o fluxo das trocas simbólicas com o advento dos computadores e da internet.

Na última década, tal fluxo foi acelerado através das redes sociais, tais como: o MSN, Orkut, Twitter, Facebook, Instagram, Snapchat, dentre outras, permanecendo o canal Youtube atualmente, como o maior repositório de vídeos em línguas de sinais entre surdos não só do Brasil, mas também do mundo inteiro, aumentando o intercâmbio linguístico nacional e internacional com a utilização de uma linguagem duplamente visual (vídeos/línguas de sinais),

Tal rede social incluso, foi utilizada como canal de comunicação para fomentar o recente Movimento Surdo Nacional no ano de 2011, a partir de um vídeo postado e replicado naquela plataforma web, o qual explicitava os fatos que ocorriam no âmbito da educação especial naquele período, mobilizando em menos de dois meses, cerca de 3.000 surdos de todos os estados do país, que, reunidos em Brasília, pressionaram o Ministério da Cultura quanto à proposta da educação

bilíngue enquanto política pública.

Por essa época, pode se dizer que houve o despertar de uma consciência histórica ampliada da comunidade surda nacional em geral, quanto às especificidades de sua cultura e direitos socialmente adquiridos, pipocando aqui e ali pelo país, movimentos e lutas locais em favor da educação bilíngue.

No âmbito acadêmico, tal luta cultural e identitária, precedeu os movimentos sociais, com a atuação da FENEIS em cooperação com as associações de surdos regionais/locais, bem como, pela contribuição intelectual de surdos como: Gladis Perlin, Shirley Vilhalva, Karen Strobel, na produção de dissertações, teses, artigos e livros, verificando-se nos últimos anos um viés antropológico a partir dos estudos culturais, numa perspectiva histórica etnográfica em língua portuguesa. Emprestando sua instrumentalidade às narrativas linguísticas gesto-visuais do povo surdo, equiparando-as enquanto produtoras de dialogicidade passível da produção de conhecimento.

Nesse sentido, há de considerar-se que a história para o povo surdo é transmitida entre seus pares numa lingua própria, com modalidade gesto-visual, e, como registro histórico, tem sua validade enquanto certa "oralidade" a ser devidamente legitimada junto à comunidade acadêmica, e essa, ao referendar tal instrumentalidade, estaria cumprindo a função social da universidade junto à sociedade.

Assim, a narrativa sinalizada, ao emergir como instrumento ou categoria de construção dos sujeitos que se apropriam da própria história através de sua primeira língua, a LIBRAS, inscreve-se no campo dos Estudos Culturais enquanto perspectiva singular mediada não só pela imagem, ou, simples história visual (fotografia/video), indo muito além dessas, ampliando o horizonte historiográfico com uma instrumentalidade analítica gesto-visual, reivindicando junto à ciência sua peculiaridade e veracidade enquanto instância válida de historicidade.

## **REFERÊNCIAS**

ALICE, TANIA. Diluição das fronteiras entre linguagens artísticas:a performance como (r)evolução dos afetos [acesso 2016 Nov 30]. Disponível em: http://taniaalice.com/wp-content/uploads/2012/11/palco2014 Artigo Tania.pdf.

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

- BASSNETT, Susan. Estudos de Tradução. Trad. Vivina de Campos Figueiredo. Lisboa; Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.
- BERMAN, Antoine. A tradução e a letra ou o albergue longínquo. Trad. Andréia Guerini, Marie-Hélène Catherine Torres & Mauri Furlan. Rio de Janeiro: 7Letras/PGET, 2007.
- BRASIL. Decreto 5.626/2005 [acesso 2015 Jan 11]. Disponível em:
- http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm, Ano de Publicação no Site: 2005.
- BURKER, Peter. Hsia, R. Po-Chia (Orgs.). A Tradução Cultural: Nos Primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 110-125.
- CASTRO JÚNIOR, Gláucio de (2011) *apud* Sdacks (1999). Variação linguística em língua de sinais brasileira. 2011, p. 50 e ss.: Foco no Léxico. Dissertação lida na Universidade de Brasília [acesso 2016 Jan 15]. Disponível em <a href="http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8859/1/2011">http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8859/1/2011</a> Gl%C3%A1uciodeCastro J%C3%BAnior.pdf.

- COMUNIDADE E CULTURA SURDA DO BRASIL. [acesso 2015 Jun 05]. Disponível online em: <a href="http://migre.me/wkKDs">http://migre.me/wkKDs</a>.
- DERRIDA, Jacques. Limited inc. Campinas, SP: Papirus, 1991.
- EAGLETON, Terry. A Idéia de Cultura. Tradução Sara Castelo Branco. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- FANNON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas; Trad. Renato da Silveira. Salvador : EDUFBA, 2008.
- FELIPE, Tanya A. Libras em Contexto. Curso Básico: Livro do Professor. Tanya A. Felipe de Souza e Myrna Salerno Monteiro. 6.ª Edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- GIROLETTI, Marisa Fátima Padilha. Cultura Surda e Educação Escolar Kaingang. Dissertação de Mestrado, UFSC, 2008.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4a Ed. São Paulo: Zahar Editores, 1980.
- GUARINELLO, Ana Cristina. O papel do outro na escrita de sujeitos surdos. São Paulo: Plexus. 2007.
- IVIC, Ivan & COELHO, Edgar Pereira (Org.) Lev Semionovich Vygotsky. Tradução José Eustáquio Romão. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2010.
- KARNOPP, Lodenir; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise (Horas.).

  Cultura Surda na Contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações. Canoas: Ed. Ulbra, 2011.

- LACERDA, Cristina, B. F. Intérprete de LIBRAS: em atuação na educação infantil e ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- MACHADO, Flávia Medeiros Álvaro. Conceitos Abstratos. Escolhas Interpretativas de Português para LIBRAS. Curitiba: Atriz, 2014.
- MASUTTI. Mara Lúcia. Tradução Cultural: desconstruções. logofonocêntricas em zonas de contato entre surdos e ouvintes. Tese. UFSC, Florianópolis. 2007.
- MEC & SEESP. O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Secretaria de Educação Especial. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, 2007.
- NENEVÉ, Miguel & MARTINS, Graça. Fronteiras da Tradução. Cultura, Identidade e Linguagem. São Paulo: Editora CRV, 2009.
- OUSTINOFF, Michael. Tradução: História, teorias e métodos. Tradutor: Marcos Marcinilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- PERLIN, Gladis. O Ser e o estar sendo Surdos: Alteridade, diferença e identidade. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2003 [acesso 2016 Jun 16]. Disponível em: <a href="http://hdl.handle.net/10183/5880">http://hdl.handle.net/10183/5880</a>.
- PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne. Um olhar sobre nós surdos: Leituras contemporâneas. 1. ed. Curitiba: CRV, 2012.
- QUADROS, Ronice Müller de. (Orgs.). Estudos Surdos III. Petrópolis: Arara Azul, 2008 [acesso 2015 Mar 19]. Disponível em: <a href="http://www.unicap.br/biblioteca/pages/wp">http://www.unicap.br/biblioteca/pages/wp</a> content/uploads/2011/12/Quadros Ronice Estudos-surdos-III.pdf .
- \_\_\_\_\_, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis (Orgs.). Estudos Surdos II. Petrópolis:

  Arara Azul, 2007 [acesso 2015 Abr 20]. Disponível em:

## ,http://www.unicap.br/biblioteca/pages/wpcontent/uploads/2011/12/Quadros Ronice Estudos-surdos-II.pdf

, Ronice Muller de; PERLIN, Gladis. Estudos surdos II. Petrópolis: Arara Azul, 2007.
ROCHA, Júlio César Barreto. Pressupostos a uma Filologia Política. Porto Velho: EdUFRO, 2013.
Análise Intercultual de Argumentos. Col. Tese Doutoral. Santiago de Compostela: EdUSC, 2004.
SÁ, Nídia, R. L. de. Cultura, Poder e Educação de Surdos. São Paulo: Paulinas, 2006.
SACKS, Oliver. Vendo vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima & NAVES, Rozana Reigota (Orgs). Estudos gerativos de língua de sinais brasileira e de aquisição do português (L2) por surdos. 1.ª ed. Goiânia: Cânone Editorial, 2010.
, Heloísa Maria Moreira Lima <i>et al.</i> Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica. (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos) _ Volume I _ 2ª ed. Brasília: MEC, SEESP, 2007a.
Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Volume II. 2.ª ed. Brasília: MEC, SEESP, 2007b.

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. ANDRADE, Cristiane Esteves de. Surdez e Sociedade: questões sobre conforto linguístico e participação social. Em Libras em estudo: Política Lingüística. Org. Albres, Neiva de Aquino. Neves, Sylvia Lia Grespan; FENEIS-SP . 2013.

- SEGALA, Rimar Ramalho. Tradução Intermodal e Intersemiótica/Interlingual: Português brasileiro escrito para Língua brasileira de sinais. Dissertação de Mestrado em Estudos da Tradução. UFSC: Florianópolis, 2010.
- SILVA, Ângela Carrancho da & NEMBRI, Armando Guimarães. Ouvindo o silêncio: educação, linguagem e surdez. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- SILVA, César Augusto Assis. Cultura surda: Agentes Religiosos e a produção de uma identidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.
- SKILIAR, Carlos. A Surdez: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- STROBEL, K; FERNANDES, S. Aspectos Linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998..
- \_\_\_\_\_, Karin. As Imagens do Outro sobre a Cultura Surda. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.
- \_\_\_\_\_. História da Educação dos Surdos. Licenciatura em Letras/LIBRAS na Modalidade a distância. UFSC, 2009 [acesso 2015 Mai 20]. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetras.
- VYGOTSKY. Lev Semionovich (1869/1934). A Construção do Pensamento e da Linguagem. Cap. 7. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. Martins fontes, 2000.